

DJALMA ANDRADE: PIONEIRO DA HISTORIOGRAFIA POLICIAL-MILITAR

**Major PM Lúcio Emílio do Espírito Santo*

SUMÁRIO: 1. Introdução 2. O Homem 3. A Obra 4. O Estilo 5. O Legado

1. INTRODUÇÃO

Por ocasião do seu 54.^o aniversário, a Academia de Polícia Militar (APM), através da Divisão de Pesquisa (Div Psq), outorgou a ilustres personalidades ⁽¹⁾, entre elas o jornalista, escritor e historiador Djalma Andrade, o título de Pesquisador "Honoris Causa" da PMMG.

Prevista nas Normas Gerais de Ação da Div Psq da APM, a honraria se destina a distinguir, no mais alto grau, aqueles intelectuais que prestaram relevantes serviços à causa do desenvolvimento da ciência policial-militar.

Como objetivo igualmente relevante, a premiação visa também a chamar a atenção do mundo da cultura para a obra destes renomados mestres.

Djalma Andrade, o criador genial da "História Alegre de Belo Horizonte", coluna jornalística que, durante trinta anos, foi leitura obrigatória do belo-orientino, é conhecido sobretudo pela sua produção poética e jornalística. Pouca menção se faz, entretanto, a uma série de vinte e seis artigos que escreveu a respeito da então Força Pública de Minas Gerais, no final do ano de 1934, traçando um perfil até hoje inapagável da grande Corporação de Tiradentes, orgulho e patrimônio dos mineiros.

Ali estão retratados, com a habilidade rara de um grande artista, os traços estruturais e característicos da Polícia Militar. Dá-nos ele notícia da rígida disciplina que então imperava nos quartéis; da dignidade e austeridade dos antigos Comandantes;

(*) Lúcio Emílio do Espírito Santo é Major da Polícia Militar de Minas Gerais, licenciado em Filosofia, Instrutor de Metodologia Científica do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e atual Chefe de Divisão de Pesquisa da Academia de Polícia Militar.

(1) Foram agraciados, além de Djalma Andrade, Augusto de Lima Júnior, Coronel PM Saul Alves Martins, Coronel PM Geraldo Tito da Silveira, Coronel PM Antônio Norberto dos Santos, Major PM Anatólio Alves de Assis e o Desembargador Álvaro Lazzarini.

do brio e galhardia com que a tropa se apresentava nos desfiles, nos acontecimentos sociais e religiosos; da instrução militar com a qual "se fizeram bravos militares, que deixaram traços inapagáveis de inteligência e valor" (2) e muitas informações de extrema importância para o conhecimento do passado glorioso da nossa Corporação.

Este artigo tem, pois, por finalidade, resgatar esta obra ainda inédita e aduzir informações sobre este ilustre artista que, como Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa, Juscelino Kubitschek e tantos outros, tem o seu nome intimamente ligado à sesquicentenária Polícia Militar de Minas Gerais.

2. O HOMEM

Djalma Andrade nasceu em 2 de dezembro de 1892 em Congonhas do Campo. Filho do médico Rodrigo Antônio Cândido de Assis Andrade e de Dona Leonor de Almeida Martins de Assis Andrade.

Fez curso de Humanidades em Ouro Preto. Atendendo à vontade do pai, matriculou-se na Faculdade de Medicina em Belo Horizonte. Cedo percebeu que não era aquela a sua verdadeira vocação. Transfere-se, pois, para a Faculdade Livre de Direito, a qual seria incorporada à Universidade de Minas, depois à Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharelou-se em 1915.

Nomeado Promotor Público em Ouro Preto, acabou por renunciar ao cargo, abraçando a carreira jornalística. Integrou a redação do "Correio de Minas", "O Debate", "Diário de Minas", "Folha de Minas" e finalmente do "Estado de Minas" onde permaneceu por mais de trinta anos. Além disso, colaborou em inúmeras revistas, entre as quais "Vida de Minas", "Belo Horizonte", "Silhueta", "Alterosa", tendo sido, ainda, Diretor da "Revista do Ensino", no Governo Melo Viana.

Exerceu o magistério na antiga Escola de Sargentos, criada no Governo Antônio Carlos, antecessora da APM, sendo assemelhado a Capitão. Com o fechamento da Escola em 1931, por motivos políticos, perdeu o cargo.

A Constituição Mineira de 1936, em suas Disposições Transitórias, autorizou o Governo a aproveitar em função pública os professores da antiga Escola de Sargentos. Foi, então, nomeado professor titular da Cadeira de História Universal do antigo Ginásio Estadual, hoje Colégio Estadual.

Avesso à cata de honrarias, soube receber e valorizar as inúmeras que lhe foram conferidas. Foi patrono de mais de cento e cinquenta clubes de leitura espalhados pelo Estado. Recebeu a Medalha de Honra e a Grande Medalha da Inconfidência. Foi Presidente da Academia Mineira de Letras e membro honorário da Academia de Letras de Lisboa.

(2) ANDRADE, Djalma. Instrução Militar, in Minas Gerais 30/Set/1934.

3. A OBRA

A vocação literária manifestou-se muito cedo em Djalma Andrade. Seu filho, Odin de Andrade, no prefácio da recente reedição da obra do pai, conseguiu recolher através do depoimento de uma de suas tias “a mais remota produção literária” de Djalma, um sexteto composto quando a idade do poeta não passava dos dez anos. “Estudando interno”, diz Odin, “ele, contristado, viu passar o seu décimo aniversário em branca nuvem. Ninguém de sua família se lembrou. Magoado, ele endereçou ao pai a seguinte quadra:

Nem uma carta de casa,
Nem um singelo Cartão,
Nem uma benção paterna
Nem um abraço de irmão
Eu tive triste fadário,
No dia do aniversário.”⁽³⁾

A fidelidade a esta vocação será nota característica da trajetória do poeta. Abandonou a Medicina no terceiro ano de Faculdade e demitiu-se do Ministério Público, para dedicar-se integralmente às Letras.

Sua carreira literária iniciou-se no “Correio da Semana”, tradicional órgão de Queluz, hoje Conselheiro Lafaiete.

Seu primeiro livro, resultado de pesquisas no Santuário de Bom Jesus em Congonhas do Campo, versando sobre o Aleijadinho, foi editado pelo amigo Padre João Pio de Souza Reis, diretor do já mencionado Santuário. Essa preocupação com a história, tão cedo revelada, será também um traço característico de sua personalidade.

Seu primeiro livro de poesia foi a “Vinha Ressequida”, escrito aos dezenove anos. Vieram depois “Versos Escolhidos e Epigramas”, “Brasil Ditosa Pátria”, “Poemas de Ontem e de Hoje” e “Poemas para as Escolas”.

Recentemente, a Editora Itatiaia incluiu excertos de sua obra no sexto volume da coleção “Poetas de Sempre”, ao lado de Menotti del Picchia, Augusto dos Anjos, Raul de Leoni, Stella Leonardos, Olavo Bilac, dentre outros. Reproduz, na íntegra, o excelente “Cartuchos de Festim”, livro praticamente inédito, pois, “os poucos volumes que circularam logo após a Revolução de 1930 foram rapidamente apreendidos pela polícia política do Estado que complementou o ato com a prisão do poeta. Uns raros exemplares que foram salvos se constituem numa verdadeira raridade bibliográfica”.⁽⁴⁾

Na área jornalística, Djalma Andrade deixou-nos a “História Alegre de Belo Horizonte”, resultado de mais de trinta anos de trabalho ininterruptos no “Estado de

(3) ANDRADE, Djalma. Poesia e Sátira. Belo Horizonte. Itatiaia. 1986.

(4) ANDRADE, Djalma. Op. Cit.

Minas” e de observação arguta dos acontecimentos belorizontinos. Manteve esta coluna até os seus derradeiros dias, quando um derrame o colheu, matando-o em nove meses, aos 83 anos de idade.

O legado poético e jornalístico de Djalma Andrade é por demais conhecido e tem uma legião interminável de fiéis admiradores. Odin Andrade⁽⁵⁾ observa que esta fidelidade à memória do escritor é algo tocante, se se considerar que o seu último livro foi publicado em 1947 e até hoje se procura pela sua obra nas bibliotecas e livrarias.

Impõe-se, portanto, a tarefa de trazer à luz uma parte da contribuição historiográfica de Djalma, que jaz em injusto esquecimento, desde os idos de 1934, quando foi, pela primeira vez, publicada no Minas Gerais. Trata-se do livro “Apontamento para a História da Força Pública de Minas Gerais”, uma série de vinte e seis crônicas abordando os pontos fundamentais da história da Polícia Militar⁽⁶⁾. Com isso, ver-se-á quão abrangente é a visão de Djalma Andrade, cuja pena sempre precisa, perpassou de ponta a ponta o universo sócio-cultural do Estado.

4. O ESTILO

Dizia Buffon que o estilo é o homem. No caso de Djalma Andrade esta homologia entre homem e estilo nos parece perfeita. O que mais espanta nessa personalidade complexa é a convivência entre o puro e delicado lirismo com a mais picante e fina ironia; a sensibilidade artística, criada pela emoção, e o espírito científico, conduzido pela razão. O próprio Odin Andrade confessa que, apesar de sua íntima convivência com o poeta, jamais conseguiu “penetrar o seu íntimo para defini-lo de alguma forma”. Como pessoa, ele lhe foi sempre tão estranho “como para os que o conheciam”.⁽⁷⁾

As marcas fundamentais do lirismo de Djalma Andrade são o equilíbrio e a simplicidade.

(5) ANDRADE, Djalma. Op Cit.

(6) O Sr. Odin Andrade passou às mãos do Ten-Cel PM Joel Mansur Reis, em 1986, os originais do livro “Apontamentos para a história da Força Pública”, que, por sua vez, o encaminhou ao Museu da Polícia Militar. Eis a íntegra do ofício com o qual a obra foi entregue ao nosso Museu: “Belo Horizonte, 25 de junho de 1986. Reverendo Sr. Padre Luiz de Marco. Rua Diabase, 320. CAPITAL: Prezado Padre Luiz: Espero esteja Vossa Reverendíssima e digno oficial superior da Corporação gozando de boa saúde, junto à sua família. A finalidade deste é homenagear o seu esforço na organização do Museu da Polícia Militar. Entendo como é difícil esta missão porquanto poucos são aqueles que se dispõem a ceder os seus acervos visando a manter acesa a chama histórica que ilumina e grava cronologicamente a glória da nossa Polícia Militar. Há alguns dias, recebi, neste Batalhão de Trânsito, a visita do jornalista Odin Andrade, filho do saudoso Djalma Andrade que me trazia, como presente, para o nosso Museu, a coleção anexa (APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DA FORÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS), tão carinhosamente formada e guardada pelo seu genitor. Sei do seu valor inestimável e tenho grande satisfação em passar tal reliquia ao seu domínio. Aguardando que estes recortes de jornal, amarelecidos pelo tempo, possam ser úteis à memória da Corporação, formulo votos de estima e consideração, (ass.) JOEL MANSUR REIS, Ten-Cel PM, COMANDANTE”.

(7) ANDRADE, Djalma. Op. Cit. p. 11.

O equilíbrio, o comedimento, ele o alcança quando traz a vida, em toda a sua pureza e despojamento, para dentro da poesia. Sabe desvestir os objetos de toda acidentalidade e o que fica é um retrato fiel — porém, lírico — do real. Essa transição ou interpenetração de seu “eu” com o mundo é bastante visível em toda a sua produção lírica. No soneto “Congonhas do Campo”, a síntese entre o mundo (“aldeia pequenina e mansa”) e a sua subjetividade (“escarpa aspérrima da vida”) é o melhor exemplo desta busca de equilíbrio:

“A matriz toda feita em cantaria
E, na torre, uma cruz que o céu alcança,
Em torno, o campo, as casas e a alegria
Da minha aldeia pequenina e mansa.

Quando eu era criança e me perdia
Pelos morros azuis da vizinhança,
Aquela cruz de pedra era meu guia,
Meu farol mais clara segurança.”

“A igreja. . . a torre. . . O tempo vai distante,
Paro na escarpa aspérrima da vida
E fito os horizontes, hesitante,

Mãos trêmulas, sem forças, olhos baços,
E ainda procuro, aflito, a cruz perdida
Para guiar meus vacilantes passos.”

A simplicidade parece haver sido filosofia de vida do poeta. O soneto “Humildade” é, antes de tudo uma profissão de fé na mais admirável das virtudes como via para alcançar aquilo que parece ser a sua maior ambição: ser puro e simples. O uso da primeira pessoa sugere que o poeta faz este soneto para si mesmo, como alguém que se impõe a tarefa de combater um vício pessoal:

Que meu orgulho torne-se humildade,
Podendo ser o mais, que eu seja o menos
Que morra, em mim, a estúpida vaidade
E que eu seja o menor entre os pequenos.

E que eu pratique o bem — fuja à maldade
E não atenda mais aos seus acenos;
Que se transforme em rosas de bondade
O que era em mim espinhos e venenos.

Que a minha mão as dores alivie,
Que aos mais humildes eu não cause inveja,
E, se luz eu tiver, que os outros guie. . .

Mãe, que eu veja nos pobres meus iguais,
E, se orgulho, eu tiver, que o orgulho seja
De ser o mais humilde dos mortais.

Avesso a modismos, insistentemente parnasiano, Djalma produziu obras primas como o soneto "Ato de Caridade", considerado pela Academia de Letras de Portugal como um dos doze mais bonitos da Língua Portuguesa:

Que eu faça o bem, e de tal modo o faça,
Que ninguém saiba quanto me custou:
— Mãe, espero de Ti mais esta graça:
Que eu seja bom sem parecer que sou.

Que o pouco que me dê me satisfaça,
E se, do pouco mesmo, algum sobrou,
Que eu leve essa migalha aonde a desgraça
Inesperadamente penetrou.

Que a minha mesa, a mais, tenha um talher
Que será, minha mãe, senhora nossa,
Para o pobre faminto que vier.

Que eu transponha tropeços e embaraços:
Que eu não coma, sozinho, o pão que possa
Ser partido, por mim, em dois pedaços.

Foi um poeta completo. Agripino Grieco, crítico impiedoso, afirmou: "Existem várias quadras na poesia de Djalma Andrade à altura de competir com os melhores dos portugueses das redondilhas, os Antônio Fogaça, os Gomes Leal, os Correia de Oliveira."

Fazendo-lhe a oração fúnebre, assim se expressou Vivaldi Moreira: "Tua poesia era o encontro secreto da harmonia e do coração. Vida completa de poesia foi a tua, Djalma. Poeta na despreocupação do dia que passa, o dia urgente em que outros procuravam amealhar bens materiais, formas de poder, tu o empregavas — e os outros, o dirão, tu o dissipavas — em viver intensamente tua poesia no que ela tem de mais puro. Teu universo, como o de Rimbaud e Verlaine, era composto de ritmos como a moeda de curso forçado sem câmbio equivalente em outros sistemas monetários. Por isso, vivias no teu heróico isolamento. Olhavas para nós com piedade, aquela sublime piedade que soubeste transmitir no soneto imorredouro de "Ato de Caridade".

As características do lirismo de Djalma Andrade se mantêm na sua produção satírica. Com simplicidade e equilíbrio, faz troça da vida cotidiana, sobretudo de fatos. Essa atitude tem uma causa bem marcada, assinalada pelo próprio Djalma no prefácio de um de seus melhores livros, o "Cartucho de Festim": "Durante dez anos, os melhores da minha mocidade, andei a pregar utopias com grande pasmo dos senhores Antônio Carlos, Wenceslau Brás e outros homens ponderados que são hoje os legítimos donos da Revolução. Cabe aqui o verso de Virgílio "Sic vos, non vobis. . .". Nos presídios do Rio, para onde me levaram fui companheiro de cela de Bento Borges da

Fonseca, hoje Chefe de Polícia, de São Paulo, de Amaral Peixoto, figura de realce no Clube 3 de outubro, de Ferdinando Labourian, Mário Britto, Moraes Grey e de centenas de outros idealistas de 24 quilates. No dia 3 de outubro de 1930, quando eu assistia bestializado à vitória dos meus ideais, prenderam-me novamente. Quando saí do meu cubículo, depois de vinte dias de reclusão, descobri, cheio de tédio, na frente dos velhos enxovalhadores da República, os louros de todas as minhas campanhas. Descrente dos homens e das coisas do meu país, o meu espírito desabrochou em sátiras”(8).

O estilo, assim inaugurado, passaria dos “Cartuchos” à “História Alegre de Belo Horizonte”, marcando definitivamente a carreira literária do poeta. Eis uma pequena amostra desta interessante faceta de Djalma Andrade:

“CONCORRÊNCIA

A imprensa notícia que um ladrão, em Roma, ao bater a carteira de um desconhecido, encontrou entre as notas um retrato da sua própria esposa, com ardente e apaixonada dedicatória.

O larápio que tudo ousa,
Confessa que se espantou,
Vendo o retrato da esposa
Na carteira que roubou.

Eva esplêndida e garrida
Vence o tardo companheiro:
— Em toda e qualquer corrida,
A mulher chega primeiro. . .”

“DENTADURAS

Só quem se aprofundou no estudo das dentaduras e das ciladas que elas armam aos mortais, poderá considerar esta tese enfadonha e frívola. O cônego João Pio, senador e pessoa muito austera, tinha sobre essa matéria observações valiosas e originais. Em certa ocasião, foram divulgadas pela imprensa de Belo Horizonte as suas teorias, e o ilustre sacerdote não se agastou com isso. Muito pelo contrário, enviou aos jornais as suas novas observações.

Contou, por exemplo, que o seu colega de bancada, senador João Ribeiro, procurou-o no dia da estréia de uma “dupla”. Esperava alguns conselhos da sua experiência. O cônego, caridosamente, ensinou-lhe o que sabia. Começou por dizer-lhe que o trabalho do dentista lhe parecia bom, mas que não depositasse confiança absoluta na chapa, que tanto lhe custara. Em primeiro lugar, convinha descobrir qual a palavra que não devia pronunciar sem muitas cautelas. Sim, acrescentou o cônego João Pio, há sempre uma palavra trágica que, pronunciada, faz saltar a dentadura da boca. A chapa, sibilante como uma bala, deixa os maxilares e toma rumos imprevistos. Cada dentadura tem a sua palavra fatal, e leva-se frequentemente, muitos meses a descobrir

o termo cabuloso. Descobre-se por acaso e, às vezes, em situações desagradáveis. Eu, por exemplo, dizia, fiz a descoberta, quando proferia um discurso no Senado. Aparteado pelo Alfredo Sá, pronunciei uma frase que havia a palavra "maligno". Não podia prever que era esse o termo nefasto. A dentadura partiu como uma flexa. Com agilidade pasmosa, alcancei-a no ar e coloquei-a, novamente, na boca. Notei a admiração dos meus colegas. Ninguém sorriu, naturalmente, em consideração a mim e à majestade do recinto.

Como a palavra maligno é de uso vulgar, e temendo que a chapa me armasse outra cilada, procurei um dentista para novo trabalho. O profissional fez uma bonita dentadura. Só depois de dois anos de uso, notei que, com ela não podia tranqüilamente pronunciar o vocábulo "proteu". Novo serviço e nova descoberta. Enfim tenho uma porção de dentaduras que guardo num pequeno armário, cada uma delas com o registro da expressão que não devo usar.

Mas não é só. Há palavras que não têm a força de arrancar a chapa da boca e projetá-la no espaço, mas deixam-na, durante todo o dia num estado deplorável de nervosismo. O termo "superstição" está nesse caso.

Tenho um amigo, em Mariana, acrescentou o cônego, que, três dias antes de um resfriado, tem o aviso pela dentadura. E, há dias, tive notícia de uma chapa, em Sabará, que registra o mau tempo. Tudo é possível. . .

E terminou, sorrindo.

— Você, João, vai hoje para Entre Rios com a sua dentadura nova. Muitas vezes, desesperado, você arrancará da boca, para tomar folego, esses claros dentes postiços. No fim, o trambolho se acomodará. Um dia, horrorizado, você descobrirá a palavra fatal, que não pode ser dita impunemente. Escreva-me, quando isso acontecer.

Passados alguns meses, o cônego João Pio recebeu, em Congonhas do Campo, do seu colega João Ribeiro, um telegrama. No largo papel azul do despacho, havia apenas uma palavra — libélula."

— :: —

Na historiografia, Djalma Andrade, em nenhum momento, abandona a habilidade que tem para identificar o essencial. Suas crônicas sobre a Polícia Militar, abordam os pontos estruturais, atingem o cerne da Corporação. Dizem tudo o que realmente importa dizer de uma instituição como a nossa, mostrando, de uma forma sintética e incisiva, os traços que compõem a identidade da Polícia Militar: a presença da disciplina; a exigibilidade da conduta honesta; a austeridade e o espírito de justiça; a intransigência para com os maus profissionais; o espírito de sacrifício e o estoicismo do miliciano de Minas; presença da Polícia Militar nas cerimônias cívicas, culturais e religiosas; o garbo e brilho dos uniformes e importância social da Corporação na Colônia e no Império.

Declaramos que, nesta data, transmittimos ao governo do Estado de Minas Gerais o direito de propriedade de uma serie de chronicas de minha autoria publicadas no organ official do Estado sobre a Historia da Força Publica por mim escriptas em um livro, em poder da Secretaria do Interior

Djalma
Dr.  de Junho 1936

Arquivo. fazer processo e guardar. Adem do Sr. Secretario. 10-3-936
Gabriel de Aguiar.

Fac-símile do termo de doação dos direitos autorais do livro "Apontamentos para a História da Força Pública", de autoria de Djalma Andrade. O documento faz parte do acervo do Museu Histórico da PMMG.

Com tirocínio e visão ampla, Djalma chega a sugerir, há cinqüenta e quatro anos, que se organizasse o Museu da então Força Pública de Minas Gerais, onde se pudessem ver “as velhas pederneiras empunhadas, com galhardia, há um século, pelos soldados da nossa milícia”. E acrescenta: “Quantas emoções sentiríamos ao ver essas armas primitivas, pesadas e deselegantes, mas que nas mãos dos valentes soldados mineiros, garantiram por várias vezes, a estabilidade do regime. Desde os tempos remotos da Regência até os dias que correm, a Força Pública tem dado a melhor de suas energias para a garantia da ordem e para a solidez de nossas instituições”.

6. O LEGADO

Transcrevemos agora as vinte e seis crônicas, que Djalma Andrade pretendia fosse um livro, intitulado por ele mesmo como “Apontamentos para a História da Força Pública de Minas Gerais”. O leitor saberá se deliciar com esta preciosidade, constatar a genialidade do poeta e certamente amar ainda mais a Polícia Militar, esse verdadeiro patrimônio do povo mineiro, que, não obstante o rolar impenitente do tempo, permanece fiel à sua linda história.



DJALMA ANDRADE

O ESPÍRITO DE RELIGIOSIDADE DA FORÇA PÚBLICA DE MINAS

O soldado mineiro foi sempre religioso.

O arquivo da Força Pública está cheio de documentos que provam a vigorosa fé da nossa milícia. A ordem do dia mais antiga que possuímos data de 108 anos. Há uma série de cláusulas observadas nos quartéis da Província de Minas Gerais. Entre esses avisos há o seguinte:

“O oficial de dia passará a revista de costume depois das Ave Maria e, finda, fará que as companhias, por esquadrões, rezem o terço de Nossa Senhora com todo o respeito, sossego e devoção, o que todo o católico é obrigado a observar cumprindo, assim, a ordem de S.M. o Imperador”.

Como se vê, da cláusula transcrita, essa velha ordem do dia é expressiva. Até mesmo a honra da oração é marcada religiosamente — as Ave Marias.

Compreendiam muito bem os antigos comandantes que sem religião seria difícil manter a disciplina na tropa. Havia capelas em todos os quartéis e o soldado era obrigado a assistir, diariamente, à missa.

O uniforme para esse ato, segundo documentos que possuímos, era branco no dia de calor e azul, nos meses de frio intenso.

Na rua, o militar patenteava a todo o momento os seus sentimentos religiosos. Como se sabe, na antiga Ouro Preto, havia, nas esquinas das ruas, oratórios, alguns muito simples, outros trabalhados com arte em cedro e em pedra-sabão.

Os militares, em obediência a ordens severas, eram obrigados a fazer o sinal da cruz ao passar por esse nichos. Há, no arquivo, punições rudes de prisão a praças que, distraidamente, deixavam de cumprir esse aviso.

A disciplina, sempre austera, tornava-se verdadeiramente férrea quando se tratava de assuntos religiosos. Aliás, dado o fervor da tropa, raramente os comandantes eram obrigados a agir nesses casos. Em regra os soldados nunca deixavam de assistir à missa e comungar nos dias determinados pelos seus superiores.

Os velhos comandantes da milícia mineira, cem anos atrás, ao lado da severidade, cultivavam a doçura. Há ordens de extrema candura:

“O soldado Francisco Ambrósio tem direito a três dias de férias para ir ver a sua boa tia que há três dias se acha de cama.”

“O soldado João Pedro vai passar uma semana na terra de seu nascimento para ver seus queridos pais.”

Eram assim bondosos e simples os velhos comandantes. Os antigos livros estão

repletos de ordens ditadas pelo coração. Era naturalmente a religião que temperava a severidade e a doçura, tornando sempre respeitados os superiores que tratavam os soldados como filhos. Tão grande era o fervor do soldado mineiro que a monarquia chegava a conceder honras militares às imagens.

Quando se organizou, entre festas, a Guarda Municipal Permanente, corporação que deu origem à Força Pública de Minas Gerais, as comemorações tiveram um profundo caráter religioso. Com a Igreja unida ao Estado, está visto que as solenidades do culto repercutiam nos quartéis, mas em Minas, a tropa, mais do que em qualquer outra província, timbrava em aumentar o brilho das cerimônias religiosas.

No momento em que o nosso Estado se agita numa bela manifestação de fé, revolvendo velhos documentos, vamos mostrar que há cem anos a religião cristã constitui um elemento de coesão e disciplina na gloriosa milícia mineira.

ORAÇÕES

Em todos os quartéis de Minas, durante mais de oitenta anos, houve, pela manhã, meio dia e seis horas da tarde o sinal da corneta chamado, nas casernas, o "toque da Trindade". Era um aviso de recolhimento e oração.

Outra solenidade religiosa desaparecida é a missa denominada pelos antigos soldados mineiros "missa forma". Era uma cerimônia de grande brilho.

Uma companhia de guerra ocupava todo corpo da igreja. Os militares ajoelhavam-se de acordo com o velho estilo. O joelho direito no chão, apoiando a mão esquerda no fuzil, com baioneta calada. No momento da consagração, rufavam os tambores e a banda tocava o Hino Nacional. As carabinas, nesse instante, tinham as bocas voltadas para o chão.

As orações da noite, dirigidas pelo inferior do dia, não eram menos solenes.

Às 8 horas da noite, depois dos toques de recolher, 1.º, 2.º e 3.º, formavam-se as companhias. Feita a chamada pelos sargenteantes, o corneteiro de serviço dava o sinal de "tirar os bonés" e toda a corporação iniciava o seguinte canto em dois coros:

1.º coro

Ó Virgem da Conceição
Maria Imaculada,
Vós sois a advogada
Dos pecadores!
E a todos encheis de graças
Com a vossa feliz princesa
Do Espírito Santo esposa!

2.º coro

Santa Maria, Mãe de Deus,
Rogai a Jesus por nós.
Tende Misericórdia, Senhora!
Tende Misericórdia de nós!

3.º coro

Maria, Mãe de graça
Mãe de Misericórdia,
Livrai-nos do inimigo
Na hora da morte, Amém!

O corneteiro dava, após, o sinal de ajoelhar e todos cantavam:

“Senhor Deus, misericórdia!”

Repetindo três vezes o verso.

Asseguram os velhos oficiais da Força Pública que a oração era uma das mais emocionantes solenidades religiosas da caserna.

Gentilmente, o coronel João Pinto de Souza, um dos mais ilustres oficiais reformados da nossa milícia, ofereceu-nos a música desse cântico histórico, que publicamos com este trabalho, reproduzida em clichê.

Essas orações eram feitas diariamente, nos quartéis, com a presença de toda a tropa, o que prova o grande fervor religioso do soldado mineiro.

GUARDA DE HONRA

No governo monárquico era obrigatória a presença de, pelo menos, uma guarda de honra do Corpo Policial nas solenidades religiosas. A ordem partia do Palácio Presidencial para os quartéis e era assim redigida:

“Palácio do Presidente da Província de Minas Gerais, 15 de março de 1885.

Dê V. Mcê. as necessárias providências a fim de que às 7 horas da tarde do dia 24 do corrente mês seja prestada, no adro da Matriz da Freguesia de Ouro Preto, uma guarda de honra para acompanhar o Depósito de Senhor dos Passos que terá lugar no referido dia.

Deus guarde a V. Mcê. Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos — Sr. Tte. Coronel Comandante do Corpo Policial”.

S. JORGE E SANTO ANTÔNIO

Há na Matriz de Ouro Preto uma imagem estranha de S. Jorge. Na opinião de alguns historiadores a figura do santo guerreiro foi esculpida pelo Aleijadinho. Um mecânico hábil conseguiu colocar na estátua, talhada em cedro rijo, articulações de aço para que a imagem pudesse manter-se a cavalo com elegância e galhardia.

Os velhos soldados da nossa milícia ainda se recordam das solenidades pomposas e das honras militares prestadas a S. Jorge nas ruas de Ouro Preto. Todos os batalhões se movimentavam. Uniforme de gala. O Governo participava das festas.

A imagem, guardada por um pelotão de soldados, partia, a cavalo, da matriz de Ouro Preto para a de Antônio Dias.

Há, em torno dessa imagem, uma porção de lendas interessantes. Os velhos militares sabem-nas de cor. Era S. Jorge o padroeiro dos soldados. As festas em louvor desse Santo revestiam-se de extraordinário fulgor.

Esse tempo já vai longe. Apenas a memória fiel dos velhos ouropretanos guarda os esplendores dessas solenidades religiosas em que a crença viva do soldado mineiro se manifestava em todo seu apogeu.

Santo Antônio era, também, venerado pela classe.

Pedro I, por decreto, chegou a conceder à imagem desse santo, em Ouro Preto, não só as honras de capitão como os vencimentos do cargo.

Há nos livros da Delegacia Fiscal a nota de pagamentos à irmandade procuradora da imagem. Revendo esses livros antigos, constatamos que os pagamentos foram feitos pontualmente, até 1911. Desse dia em diante o Governo da União deixou de cumprir o decreto imperial.

A irmandade procuradora iniciou uma demanda. Não encontramos documentos relativos ao desfecho de interessante causa.

Tudo isso vem mostrar que o espírito religioso tem profundas raízes na brilhante corporação que é a milícia de Minas.

O atual Comandante Geral da Força Pública, o coronel Alvim de Menezes, desde que assumiu o exercício do cargo, vem colecionando dados para a reconstrução do passado da gloriosa corporação. É uma das mais nobres tarefas que o espírito culto desse ilustre oficial poderia empreender.

Depois de muitos esforços, s. s. conseguir preciosas informações históricas de quase todos os batalhões. O arquivo da milícia será enriquecido com interessantes

documentos. As lacunas de um século de vida serão preenchidas. O passado glorioso da Força Pública de Minas surgirá, aos nossos olhos, enchendo-os de orgulho.

Além disso, s. s. está trabalhando, tenazmente, para a organização de um museu da corporação. Velhas armas, uniformes usados há cem anos, peças veneráveis despertarão o interesse das novas gerações pelas coisas de um passado remoto.

Quando se fizer essa reconstrução, o espírito religioso do soldado mineiro aparecerá em todo seu esplendor.

NA REPÚBLICA

Com o advento da República, separada a Igreja do Estado, não diminuiu o espírito da religiosidade da milícia mineira.

Durante muitos anos ainda foi rezado diariamente o terço nas capelas dos quartéis.

Em Belo Horizonte, em 1900, no dia 14 de julho, no governo Francisco Salles, ainda houve, promovida pelo coronel João Pinto de Souza, uma "missa forma" na Igreja de S. José. O coronel João Pinto era, nessa época, comandante do 2.º Batalhão que tinha sede na rua Guarani, no edifício ocupado, atualmente, pelo Instituto S. Rafael. Os soldados sob o seu comando compareceram à missa, obedecendo ao ritual religioso e militar dos tempos da Monarquia. A solenidade foi emocionante e assinalou a última "missa forma" realizada em Minas.

A religião continua, entretanto, a imperar nos quartéis mineiros. Nos momentos de luta rude, quando a tropa de nosso Estado é chamada para defender as instituições republicanas, é sempre seguida por um sacerdote. Nos campos, ao lado de marchas de guerra, são entoados hinos religiosos, tão grande é o fervor da tropa.

Nas capelas improvisadas nos acampamentos da Polícia Mineira em Rio Pardo, Ribeiro Claro (Mato Grosso), Val de Palma (S. Paulo), Tavares (Goiás), na expedição contra os rebeldes de maio a agosto de 1923, os soldados mineiros cantaram o seguinte hino de autoria do tenente-coronel José Pinto de Souza, hoje comandante do 2.º Batalhão:

À Maria Imaculada

Salve! Salve! divina! Maria
Sois exaltada na terra e nos céus;
Os anjos louvam, em celeste harmonia,
O vosso nome, virginal Mãe de Deus.

Oh! Rainha dos céus,
Nossa doce esperança,
Em vós, ó Mãe de Deus,
Se repousa e descansa.
Rogai, rogai por nós,
que recorremos a vós.

Salve! Salve! Ó virgem terna e santa
De vossos filhos é constante o gemer;
Mas vosso amor nos consola e encanta,
Oh! vinde, ó Mãe, por nós interceder.

Salve! Salve! ó divina! Maria,
Vós mereceis nosso culto de amor;
Dos exilados sois farol e alegria.
Refúgio certo do infeliz pecador.

Velai, velai, sobre nós, ó Maria,
Nas duras provas do terreno lidar;
Guardai-nos sempre, em vossa companhia,
Não nos deixeis de vós nos apartar.

Na triste hora, no findar da existência,
Maria, vinde do céu nos proteger;
Sim, dai-nos, dai-nos, vossa doce assistência,
Em vossos braços, concedei-nos morrer.

CAPELAS

Se a história da Força Pública até aqui tem sido lacunosa e pobre de documentos, para o futuro essa falha não se verificará. Os comandantes dos batalhões, graças a uma sábia providência do atual governo, estão fazendo um resumo histórico das unidades que dirigem. O ilustre e operoso coronel Octávio Diniz já publicou uma síntese da vida do 2.º Batalhão. É um livro que se lê com encantamento e orgulho.

Há, nesta obra, uma notícia pormenorizada da capela de Santa Terezinha, a primeira construída no Brasil sob a proteção da Santa de Lizeu. O templo edificado por militares está sob a guarda do 2.º Batalhão. Nesse mesmo trabalho de leitura amena e interessante, há um clichê expressivo da Páscoa dos Militares, onde se verifica o espírito da religiosidade do soldado mineiro.

Além da capela de Santa Terezinha no 2.º Batalhão, temos a de Santa Efigênia, em Bom Despacho, construída inteiramente por militares. A de Lavras, que tem a mesma Santa por padroeira, e diversos outros templos elegantes e belos, edificados pelo soldado mineiro, sempre devoto e crente.

É preciso que se diga que falamos apenas nos monumentos religiosos, pois, em quase todos os quartéis da Força Pública há sempre um crucifixo a patentear a fé viva do soldado montado.

Os outros comandantes, cumprem ordens superiores, já enviaram à Secretaria do Interior crônicas sobre o passado das unidades que comandaram.

Nestes trabalhos encontram-se dados precisos sobre construções de capelas e templos, iniciativa de militares cultos e devotos.

Dentro em breve, graças aos esforços do coronel Alvim de Menezes, comandante geral da Força Pública, o passado da milícia poderá ser fatalmente estudado à luz de preciosos documentos oficiais.

E, como a vida das casernas reflete a vida do Estado, esses dados serão de grande valor para a reconstrução da história de Minas.

(MG, 06/Set/1936)

ARMAS

A Guarda de Voluntários Permanentes era armada com as antigas espingardas chamadas pederneiras. Pesadíssimas, canos longos, com duas pedras de fuzil no gatilho, dispostas de modo a produzir a faísca, que, incendiando a escova, dava lugar à explosão. Muitos colecionadores de antiguidades possuem essa arma primitiva.

Nas cerimônias militares que havia descargas, essas espingardas constituíam um martírio para os comandantes. Muitas falhavam e outras retardavam o tiro. A baioneta já era usada desde esse tempo. Longa, pesada e incômoda.

Vieram depois, com o progresso, outras armas mais modernas e de fácil manejo. Mais leves e elegantes.

O armamento usado pela infantaria da Força Pública, era, até 1897, o seguinte:

Carabinas "Minié", sabre-baionetas "Minié", (bainhas de couro), carabinas "Chassepot", sabres-baionetas "Chassepot" (bainhas de ferro), carabinas "Comblain", sabres-baionetas "Comblain" (bainhas de couro), Trabucos, etc.

Em 1900, na presidência Bias Fortes, sendo comandante da Força Pública o Coronel Felipe de Mello, a tropa mineira começou a usar os fuzis "Mauser". O governo do Estado adquiriu, nessa ocasião, fuzis "Mauser", 100 clavins "Mauser", 100 espadas e 100 revólveres "Piepper". Na administração Bias Fortes, a Força Pública era constituída por cinco batalhões e um esquadrão de cavalaria.

O 1.º e o 5.º batalhões usavam o armamento "Comblain"; o 2.º, 3.º e 4.º batalhões, além do armamento "Comblain", usavam, também, os armamentos "Minié" e "Chassepot".

No governo João Pinheiro, o Estado adquiriu duas "Maxim" para a Força Pública.

A carabina "Minié" era carregada pela boca. As carabinas "Chassepot" e "Comblain", não sendo armas de repetição, eram carregadas pela culatra. Os trabucos eram usados, à bandoleira, pelos soldados que escoltavam os sentenciados incumbidos dos concertos das ruas. A cavalaria, como até hoje, usava naquela época espadas, clavinas e lanças.

Os cartuchos "Comblain" eram perfurados com os dentes pelos soldados no momento de ser a arma carregada. Pela perfuração, saía a pólvora fina que escovava a arma. Vem daí a preferência, nessa época, pelos soldados que possuíam bons dentes.

A estatística que publicamos acima nos foi gentilmente cedida pelo Coronel Benjamim Ferreira Lopes, ilustre oficial reformado da nossa milícia. É com o máximo prazer que recebemos informações sobre o histórico da Força Pública que nos enviam os distintos membros dessa brilhante Corporação. Para que essa reconstituição do passado da milícia mineira seja perfeita e exata, desejamos mesmo que os senhores oficiais nos enviem retificações, caso observem algum engano nas notas que temos publicado.

(MG, 01/Dez/34)

ALMANAQUES DA FORÇA PÚBLICA

Há cerca de quarenta anos foi publicado, em Ouro Preto, o primeiro Almanaque da Força Pública do Estado de Minas. Essa publicação contém dados interessantes. Por ela se vê que, nesse tempo, os vencimentos dos oficiais sofriam as variações do câmbio. Na última página do referido almanaque (1895) está a seguinte nota: "Enquanto o câmbio se mantiver abaixo de 18 dinheiros, os oficiais da Brigada terão a seguinte elevação nos seus vencimentos:

De vinte por cem, aqueles cujos vencimentos não forem superiores a 4.000\$000; de 15 por 100, aqueles cujos vencimentos não forem superiores a 6.000\$, e de dez por 100 aqueles cujos vencimentos forem superiores a 6.000\$000."

Nesse tempo, um coronel percebia mensalmente 666\$666; um tenente-coronel 441\$666; major, 350\$000; capitão-cirurgião 358\$353; capitão 300\$000; tenente, 250\$000.

Um soldado vencia 1\$400 réis por dia ou 42 mil réis por mês.

No Almanaque de 1902 há os seguintes dados estatísticos:

"Ao iniciar-se o advento da República em 1889, a Força Pública da então Província de Minas compunha-se de um corpo de 1200 praças, com banda de música, subdividida em 8 companhias de infantaria (inclusive oficiais), assim permanecendo até 6 de maio de 1890 em que o Governo Provisório do Estado organizou-a militarmente, dividindo-a em três batalhões de 4 companhias cada um, com os respectivos estados maiores e menores, piquete de cavalaria e banda de música no 1.º Batalhão.

A um coronel do Exército foi confiada a inspetoria dessa força, comando do 1.º e 2.º Batalhões a tenentes-coronéis e o 3.º a um major.

Os batalhões tinham a denominação de corpos militares.

Pela lei Nr 7, de 1891, depois de constituídos todos os poderes do Estado, foi de novo organizada esta força e fixada em 1800 praças e 73 oficiais, subdividida em 4 batalhões, com a denominação de corpos militares de 4 companhias, cada um com estados maiores e menores, sob o comando de um coronel.

Para 1892-93 permaneceu a mesma organização, até que, para o período de 1893-94 foi reorganizada com a denominação de Brigada Policial, fixando-se o número de oficiais em 91 e 2.500 praças, subdivididas em 5 batalhões de infantaria.

No período de 1894 e 95, foi aumentada de 100 praças, mantendo-se os batalhões no mesmo plano anterior e criando-se um esquadrão de cavalaria e banda de música em todos os batalhões.

Para o período de 1895 a 96, não sofreu alteração, criando-se, apenas, o estado maior da Brigada.

Para 1897 a 98 reduziram-se as praças a 2.079, continuando em vigor a anterior organização, assim permanecendo até 1898 a 99, época em que se reduziu toda a força a 1.820 praças e 67 oficiais, ficando os demais agregados, suprimindo-se 4 bandas de música, estado maior da Brigada e 2 batalhões.

Para 1900 a 901, elevou-se o número de praças a 1.829, sem alterar a organização e para 1901 a 902 reduziram-se as praças a 1.600, suprimindo-se o cargo de comandante da Brigada, confiando-se a administração da mesma ao chefe de polícia.

Para o exercício de 1903 a 1904, foram as praças elevadas a 1800 e para 1905, de novo reduzidas a 1600 e 82 oficiais, ficando 9 deles em disponibilidade.

(MG 04/Dez/34)

DISCIPLINA

Essa rígida disciplina que ainda hoje se observa na nossa Força Pública tem a sua origem no passado. Quando se organizou a Guarda Municipal de Voluntários, os comandantes da tropa eram de uma severidade incrível.

Quem lê as ordens do dia escritas há um século, verifica a sisudez e a austeridade dos velhos oficiais da nossa milícia. A cada momento vem a nota: "Expulso das fileiras da Guarda Municipal, por indigno, o soldado fulano de tal."

Vai-se ver o crime praticado pelo pobre militar e se encontra: "Passou três vezes por um seu superior sem fazer a devida continência."

No dia 26 de agosto de 1832, verificou-se um crime sem importância na casa de um comerciante morador à rua Direita. Correu, sem nenhum fundamento, o boato de que haviam colaborado no delito os soldados Theodoro Ferreira e João Peixoto, pertencentes à Guarda Municipal. Eram ambos membros de família importantes.

O povo não acreditou na notícia e muitas pessoas ficaram até indignadas com os difamadores.

Figuras destacadas da sociedade procuraram o comandante interino da tropa, João Manoel Bernardes, no sentido de evitar uma punição injusta aos militares. O velho oficial ouviu atentamente os defensores dos soldados. De fato, ainda não se havia procedido o inquérito sobre o crime, apenas os maledicentes afirmavam que dois "permanentes" estavam nele envolvidos. Seria absurda a punição sem provas.

As pessoas que foram interceder em favor dos soldados caluniados saíram convictas de que o severo alferes João Manoel Bernardes, comandante da Guarda, seria humano e justo.

A tropa esperou ansiosa a leitura da ordem do dia. Os que conheciam o temperamento do velho oficial temiam pela sorte dos pobres militares. Outros acreditavam que aquele caráter de aço se moldaria. Não havia provas e, além disso, os soldados em questão, bravos e cumpridores dos seus deveres eram descendentes de tradicionais famílias de Vila Rica.

Ninguém tinha a coragem de interrogar o comandante sobre o fato. Era a primeira irregularidade de certa importância que se verificara na Guarda. No quartel o ambiente era de receio, senão de pavor.

Afinal chegou a hora da leitura da ordem do dia. O comandante ia tocar no assunto.

E tocou. No fim da ordem pôs a questão nesses termos:

"Têm baixa, por se acharem difamados acerca de um delito que se deu na rua Direita, na noite de ontem, os soldados desta milícia Theodoro Ferreira e João Peixoto, os quais poderão ser readmitidos se provarem, a toda luz, a falsidade das acusações que lhes são feitas."

Lida a ordem do dia, o comandante recolheu-se a sua habitual sisudez. Mas pelo seu semblante notava-se que o impressionava cruelmente essa calúnia que atiravam sobre a guarda que ele queria sempre intemerata e impoluta.

O EXEMPLO DE UM CABO

Quem revolve o arquivo da Força Pública encontra, a cada momento, exemplos de bravura, altivez e caráter dignos de antologias. Às vezes, há uma esplêndida lição de moral nas linhas secas de uma ordem do dia, escrita, com aquela singeleza que caracteriza os documentos militares.

Nos velhos livros do arquivo, se encontra a ordem do dia de 23 de maio de 1854 em que vem narrado o seguinte fato:

“O Tte. Coronel Comandante, tendo em vista o ofício que lhe foi dirigido em 4 do corrente mês pelo cabo Francisco de Assis Viegas, comandante do destacamento da cidade de Campanha, louva muito o cabo graduado Manoel Emídio e a escolta com que ele saiu em diligência da dita cidade para o arraial dos Tocós, pelo heróico procedimento que ultimamente tiveram, por isso que tendo o dito cabo prendido dois recrutas no dito arraial, quando estavam em marcha para a mesma cidade, aparecendo-lhes um indivíduo, que lhes ofereceu 300\$000 a fim de soltarem os recrutas, o cabo e a escolta receberam o dinheiro e capturaram tal indivíduo, conduzindo-o, depois, à presença do delegado de polícia da referida cidade a quem foi entregue, conjuntamente com o dinheiro que de semelhante indivíduo haviam recebido, e os dois recrutas que conduziam.

O comandante anunciando ao Corpo o que o acima referi, sente um inexplicável prazer por haver no Corpo que comanda indivíduos tão honrados que só procuram bem desempenhar seus deveres no cumprimento das ordens que recebem, não se deixando levar por oferecimentos de dinheiros.”

Não alteramos em uma só linha a descrição do fato. Transcrevemos apenas o tópico da ordem do dia em que vem narrado o acontecimento. A narração é singela e expressiva.

Queremos apenas salientar que um soldado ganhava, nesse tempo, apenas 29\$000 réis por mês. Trezentos mil réis para o cabo que os repeliu era uma grande quantia capaz de produzir vertigens em qualquer pessoa que não tivesse o caráter forrado por peregrinos sentimentos morais. A caserna em que se formou esse espírito devia ser uma escola de dignidade. E era de fato.

Em quase todas as ordens do dia se encontram narrações de episódios como esse em que se fixam a desambição e a dignidade da milícia mineira. Merece relevo o belo exemplo por ter partido de um simples cabo, sem nenhuma instrução, mas de um caráter de aço temperado numa caserna que era um centro de civismo e de honradez.

(MG, 07/Out/34)

UMA IDÉIA

Por que não se há de fazer o Museu da Força Pública de Minas Gerais?

Essa Corporação de cento e três anos de existência tem uma linda história que merece ser fixada em um Museu em que se encontrem as velhas pederneiras, empunhadas, com galhardia, há um século, pelos bravos soldados da nossa milícia.

Quantas emoções sentiríamos ao ver essas armas primitivas, pesadas e deselegantes, mas que nas mãos dos valentes soldados mineiros, garantiram, por várias vezes, a estabilidade do regime. Desde os tempos remotos da Regência até os dias que correm, a Força Pública de Minas tem dado a melhor das suas energias para a garantia da ordem e para a solidez das nossas instituições.

Essas armas antigas e gloriosas merecem ser expostas à visitação do público. As velhas bandeiras dos batalhões, insígnias e troféus, tudo deve ser visto para o nosso orgulho e para estímulo de patriotismo, nessa época de descrença que atravessamos.

Existem por todos os recantos desta vasta Minas relíquias preciosas.

Uniformes da Guarda de Voluntários Permanentes, fardas dos soldados do remoto Corpo Policial e da velha Brigada. São antiguidades que falam muito ao nosso coração e ao nosso orgulho. Essas velhas fardas caíram sobre ombros de homens valentes e destemidos!

Pelas paredes do vasto salão seriam carinhosamente colocados os retratos daqueles que se distinguiram, engrandecendo essa Corporação de bravos.

Esse Museu não pesaria como um ônus insuportável ao Tesouro do Estado.

Bastaria um apelo patriótico do governo para que os colecionadores de relíquias se despojassem de algumas dessas preciosidades em benefício de Minas. Viriam de todos os quadrantes do Estado pederneiras centenárias, velhos sabres triangulares, carabinas "Minié", "Comblain", trabucos, todas essas velhas armas gloriosamente usadas, patrioticamente empunhadas pelos nossos bravos patrícios no serviço da manutenção da ordem e da defesa deste grande Brasil.

Por que não há de se render, agora, essa homenagem à Força Pública?

Agora que está no governo do Estado um moço cheio de ideais; na Secretaria do Interior um jovem por vários títulos ilustre; na chefia do Estado Maior uma das mais altas expressões de valor do soldado mineiro. Aos nossos olhos de idealista a tarefa parece fácil e elevada. Um "fiat" simplíssimo. Bastaria apenas uma circular aos comandantes de batalhões, pedindo-lhes que se esforçassem no sentido de colecionar relíquias da Força Pública para a organização de um Museu.

Toda gente reconheceria o alcance cívico do certame e colaboraria na tarefa

patriótica. Com esse gesto, o ilustre Interventor, Sr. Benedicto Valladares e o seu grande secretário Sr. Carlos Luz, renderiam uma grande homenagem à Força Pública e prestariam um belo serviço a Minas Gerais.

Essa instituição desafiaria os anos e os nomes dos seus criadores ficariam gravados na memória dos verdadeiros patriotas.

MG, 02/Dez/34)

BATISMO DE FOGO

Do alto da rua das Cabeças até aos becos de Antônio Dias, o assunto era um só em todas as rodas: a ida da guarda, ao Rio, para combater o levante contra a Regência.

Desde a sensacional abdicação de Pedro I, o Rio não teve tranqüilidade. Quase diariamente havia motins. As forças fiéis ao império já estavam exaustas e desfalcadas.

No dia 14 de outubro de 1832, a inquietação atingiu à culminância. O governo se viu na contingência de apelar para as tropas das províncias. Dado o prestígio que gozava a Guarda de Voluntários de Vila Rica, foi essa força chamada com urgência.

A notícia desse apelo aos "permanentes" correu de ponta a ponta a cidade. O comandante da Guarda Municipal, nesse tempo, o bravo major Gomes Freire de Andrade, mandou logo dizer ao governo que a tropa seguiria para cumprir o seu dever.

Foram lembradas logo missas em ação de graças, bênçãos às espadas, orações, tudo em intenção aos bravos que partiam em defesa da pátria. O espírito religioso do povo mineiro nas ocasiões graves, aparece em todo seu esplendor. Não houve casa em Vila Rica que não tivesse, no oratório, uma vela acesa em intenção aos moços que iam arriscar a sua vida longe dos seus lares, sem o carinho dos parentes.

A tropa em pouco tempo estava aparelhada para a marcha e disposta a enfrentar os inimigos da ordem. Um "frisson" de entusiasmo percorria as fileiras da nossa milícia. Nunca a farda dos "permanentes" brilhou tanto no sol de Vila Rica e nem foram mais queridos os bravos soldados da nossa milícia. Era o batismo de fogo. Todos sabiam que eram valentes os soldados da Guarda, mas era essa a primeira ocasião que iam entrar num combate rude.

Os dias que se seguiram à partida da tropa foram longos e angustiosos. Dada à distância, eram raras as notícias do Rio.

Um ambiente de inquietação e dor envolvia a cidade. As poucas notícias eram desencontradas e tristes.

Continuavam os motins, o trono corria perigo. Os levantes se sucediam cada vez mais temerosos.

Um "próprio" vindo do Rio trouxe, afinal, depois de um mês, a nova de que se estava travando o combate decisivo. Que os "permanentes" lutavam como leões. Que a Regência, a cada momento, elogiava a bravura da milícia mineira. Que a população do Rio aplaudia, com frenesi, os "permanentes" quando a força atravessava as ruas envergando a vistosa farda.

De fato, pouco depois todas essas agradáveis notícias se confirmaram. Os insurretos foram desbaratados pela nossa milícia. Pela primeira vez o soldado mineiro dera o seu sangue em defesa da Pátria. Estava finda a missão da Guarda no Rio.

A notícia da volta dos "permanentes", agora cobertos de glórias, fez voltar a alegria à cidade.

O povo iluminou, à noite, a fachada das casas. Houve comícios e discursos. Preparou-se o programa da recepção da tropa. Como os bravos vinham fatigados da tremenda jornada do Rio a Vila Rica, ficou tudo organizado para o primeiro domingo, depois da chegada das forças.

A guarda chegou a Vila Rica em triunfo. Toda a população postou-se na rua das Lages para cobrir de flores os heróis.

Mas a festa realizou-se num domingo de dezembro de 1832. Nunca houve em Minas uma parada mais brilhante. A tropa se apresentou de uniforme azul.

As palmas estrugiram em toda a praça. Vivas ao comandante e vivas estrepitosas aos "permanentes".

O major Gomes Freire de Andrade quis ler para o povo o ofício que recebera da Regência. Silêncio absoluto na multidão.

O austero comandante da Guarda, com a voz rouca de ler os nomes dos bravos que tombaram em defesa das instituições e que foram o capitão Antônio Joaquim Peçanha, o anspeçada Lino Ferreira de Andrade e o soldado Benedicto do Espírito Santo, passou ao trecho final do ofício elogioso:

"Se tais notícias enchem o governo de mágoa, todavia consola-o a lembrança de que aqueles beneméritos militares deram brilhante exemplo de valor e honra, tornando-se dignos das bênçãos da pátria. O governo, rendendo os merecidos louvores ao esquadrão destacado no Rio, congratula-se com a Corporação com a parte de glória que lhe coube por aquele sucesso, visto que os insurgentes foram completamente derrotados e espera que tão nobres sentimentos se desenvolvam em todos companheiros de armas sempre que a defesa da lei o exigir.

Quando foram lidas as últimas palavras desse ofício todo o povo soluçava de emoção. Foram esses, sem dúvida, os primeiros louros que recebeu a Força Pública de Minas, na sua gloriosa carreira.

(MG, 04/Nov/34)

SEVERIDADE

Em Sparta, a bóia do exército era constituída por um prato apenas: uma sopa verdadeiramente insuportável, mas de alto valor alimentício. Diz Suetônio que o soldado spartano tinha orgulho desse alimento, que só podia ser comido pelos filhos da heróica terra.

Felizmente para os soldados da Guarda Municipal, o "rancho" da tropa, em 1832, era bom, só se tendo tornado absolutamente intragável quando a direção da despesa foi confiada ao furriel Mariano José Bernardes.

O furriel Mariano era o tipo do soldado alegre e sabido. Em várias ordens do dia ele aparece elogiado e em várias outras admoestado. Tudo faz crer que ele era bravo e inteligente. As suas promoções foram rápidas. O posto de furriel, naquele tempo, era um posto brilhante e cheio de responsabilidades. O soldado Mariano para galgá-lo, naturalmente, patenteou qualidades excepcionais. Por outro lado, dado o seu gênio alegre e folgazão, nem sempre cumpria os deveres com a exatidão exigida naquela época de disciplina rude e severa.

A tropa acostumada à excelente bóia, no fim de certo tempo, não suportando o rancho que lhe era servido, enviou uma reclamação aos seus superiores, comandantes de companhias e esses fizeram a reclamação chegar às mãos do comandante geral da Guarda, nesse tempo o major Bernardo da Silva Brandão, homem de uma inacreditável severidade e de infatigável zelo pela disciplina da tropa.

O furriel Mariano ficou em apuros. Chamado para explicar-se, lançou mão de todos os recursos. O comandante destruiu todos os seus argumentos. Vendo-se perdido, inteligente e arguto, fez um requerimento pedindo para o exame do seu caso um Conselho de Investigações. Era do regulamento esse recurso. Supunha ele que com a sua inteligência e habilidade se sairia bem junto aos membros da junta nomeada.

Reuniu-se o Conselho e o furriel Mariano apresentou as suas razões, defendendo-se como pôde. A junta nomeada lavrou o seu parecer e levou-o ao comandante.

O major Brandão ofereceu ao furriel todos os meios de prova. Deixou que Mariano lançasse mão dos recursos ao seu alcance.

Era austero e ríspido, mas sobretudo, justo. Não queria condená-lo sem ouvi-lo. Leu todo o processo e não se convenceu da inocência do furriel. Na ordem do dia foi seco e severo.

Liquidou a questão em poucas palavras:

“Tendo o furriel da 3.^a companhia, Mariano José Bernardes, requerido justificar-se perante um Conselho de Investigações da parte que contra ele deram os seus respectivos comandantes de companhia e de que resultou ser preterido; e comparecendo perante o dito conselho, bem longe de justificar-se, só fez com que a verdade da dita parte se tornasse mais evidente: o comandante geral ordena que o dito furriel tenha baixa do posto que indignamente ocupa e baixa de serviço, pois que no Corpo Municipal Permanente não devem servir homens que não sejam de uma ilibada conduta civil e militar.”

Eram assim severos os comandantes da nossa milícia em 1832.

(MG, 06/Nov/34)

CURIOSIDADES

Quais eram, antigamente, as homenagens fúnebres prestadas ao soldado raso na hora de seu enterro?

Uma ordem do dia de 12 de fevereiro de 1853 esclarece essa questão. Vamos transcrever fielmente o tópico da ordem do dia que nos interessa:

“Manda declarar que faleceu, hoje, nesta cidade de Ouro Preto o soldado de cavalaria Domingos Fernandes Chaves que será sepultado, hoje, às 4 horas da tarde, na Capela de Nossa Senhora das Mercês, devendo ser o seu cadáver acompanhado pelo Sr. Padre Capelão e por uma guarda de seis praças, comandada por um cabo, bem como por todas as praças que estiverem de folga que serão conduzidas pelo Sr. tenente Antônio Daniel da Costa, exceto as que forem irmãos daquela ordem, que deverão ir com os seus hábitos.

Ordena que o mestre da música reúna os músicos que forem precisos para a cerimônia da encomendação da alma do referido soldado.”

III

Como era feito o policiamento de Ouro Preto em 1853?

A antiga capital de Minas possuía, nessa época, cerca de 60.000 habitantes. Era uma cidade pacata.

Poucos crimes. Pequenos furtos, roubos de animais, raramente um assassinato.

A ordem do dia de 2 de março de 1853 esclarece como era feito o policiamento de Ouro Preto:

“Em virtude do ofício do Sr. Chefe de Polícia datado de hoje, o Sr. Comandante ordena que as patrulhas de hora em diante sejam pela maneira seguinte:

Das 6 às 12 horas sairão duas patrulhas compostas de 3 praças de Infantaria cada uma, para rondarem, uma o distrito de Ouro Preto e, outra, o de Antônio Dias e, das 12 da noite às 6 da manhã sairão outras duas também de Infantaria, com o mesmo número de praças, em substituição das primeiras; e bem assim sairão às 6 horas da tarde quatro praças de cavalaria montadas a fim de apresentarem-se e receberem, duas do sub-delegado de Ouro Preto e duas do de Antônio Dias, as convenientes ordens para rondarem esses distritos da meia noite para o dia, devendo, apenas, as houverem recebido, recolherem-se ao Quartel donde sairão às horas indicadas.”

Como se vê, o policiamento da antiga capital de Minas era feito por dez homens ao todo e os 60.000 habitantes da cidade viviam confiantes e tranqüilos.

///

Qual era o uniforme usado pela Guarda Municipal de Voluntários Permanentes nas solenidades religiosas, em Ouro Preto?

As ordens do dia do tempo em que foi criada a milícia mineira, 1837, esclarecem esse ponto. Esses documentos ordenam que a Guarda compareça, aos domingos, às 8 horas da manhã, à missa na igreja de N. Senhora do Carmo. E as ordens do dia acrescentam, peremptórias.

“Com o uniforme branco se não chover; se chover, com o azul”.

Quem já morou em Ouro Preto bem sabe como é difícil ali a previsão do tempo.

O melhor barômetro é o pico do Itacolomy, na opinião dos velhos ouopretanos. Se a montanha famosa está coberta de nuvens, chove. Se está limpa, faz bom tempo. Essa informação não é muito garantida. Muitas vezes por dia, o Itacolomy põe e tira o seu barrete de nuvens sem que a chuva caia.

Os “permanentes” deviam ficar em apuros aos domingos, sem saber qual o uniforme que deviam envergar para assistir à missa na igreja do Carmo. E é preciso que se note que o erro no uso do uniforme era punido com prisão. Lá estava, na igreja, ocupando um lugar nas tribunas, o comandante da Guarda Municipal de Voluntários Permanentes para observar o cumprimento da ordem do dia.

(MG, 08/Nov/34)

UMA PARADA EM 1845

Em 1845, a vida dos quartéis, em Ouro Preto, se misturava à vida da cidade. O povo sabia dos acontecimentos da caserna e tomava parte neles. Nas cidades pequenas, uma grande corporação torna-se o centro de todas as atenções e interesses.

O povo conhecia um a um os oficiais do Corpo Policial e os tinha, como aliás mereciam, na mais alta conta. A milícia mineira, pela sua importância, pela austeridade dos seus comandantes, pela disciplina dos seus soldados, era um centro irresistível de atrações.

Uma solenidade no quartel, um desfile, uma parada, eram fatos da mais alta importância para o povo que sempre prezou a sua brilhante milícia.

Nesse tempo, era intensa a vida na caserna. Com um pequeno efetivo, o Corpo Policial tinha de renovar os seus esforços para manter a ordem na grande província.

Além disso, a Igreja estava unida ao Estado.

A milícia era um elemento de relevo para o brilho das festas religiosas na católica Vila Rica. Nas grandes procissões, toda a força comparecia em uniforme de gala. As solenidades religiosas de certa importância tinham enorme influência na vida dos quartéis.

Uma grande parada em Ouro Preto, no remoto ano de 1845 punha toda a capital em alvoroço. Desciam dos morros que circundam a velha cidade milhares de pessoas. Dos distritos vizinhos vinham os fazendeiros com as suas famílias assistir às cerimônias brilhantes. Ouro Preto se enchia de hóspedes e forasteiros.

De todas as palavras, as mais importantes eram as que se verificavam, anualmente, em 2 de dezembro, aniversário de Pedro II.

Para que o leitor possa fazer uma leve idéia das solenidades militares que se realizavam nessa ocasião, vamos transcrever, com absoluta fidelidade, a ordem do dia do Corpo Policial referente à organização da parada de 2 de dezembro de 1845 em que as forças do exército colaboraram com as da polícia para maior fulgor das homenagens:

“O Ilmo. Sr. Tte. Coronel Comandante manda transcrever a ordem abaixo:

Palácio do Governo no Ouro Preto, 26 de novembro de 1845. Ordem do dia número 16. Tendo-se de solenizar o aniversário natalício de S.M. o Imperador, resolveu o Presidente da Província ordenar que se observe o seguinte: I) A Legião de Guardas Nacionais do Município desta cidade, composta de dois batalhões de Infantaria e hum Esquadrão de Cavalaria, as Companhias Provisórias de 1.^a e 2.^a Linhas formarão uma Brigada que será comandada pelo Sr. Tte. Coronel Comandante interino da Legião, as suas ordens, como Major de Brigada, o Sr. Capitão Manoel Cabral e como 1.^o Ajudante o Sr. Alferes Antônio Júlio de Mello. II) Para a formação da Brigada, o Sr.

Capitão Manoel Cabral com os ajudantes dos corpos formarão na Praça desta cidade às 11 horas da manhã do referido dia. Os corpos sairão imediatamente para as suas paradas e farão a sua entrada na Praça, tomando os lugares que lhes tiverem sido indicados conforme o detalhe do Sr. Comandante da Brigada; III) Às 11 horas e meia se achará, à frente da Brigada, o sobredito Comandante da mesma e o oficial às ordens; depois das continências e das descargas do estilo, todos os srs. oficiais se dirigirão a Palácio para fazerem o devido cortejo à efígie de S.M. o Imperador. O Capitão encarregado dos Armazéns Nacionais fica autorizado a fornecer o cartuxame necessário para as descargas de fuzilaria; IV) O Sr. Comandante das Companhias Provisórias para que a banda de cornetas percorra as ruas adjacentes à Praça tanto às 9 horas da manhã do dia 1.^o de dezembro como ao romper do dia 2; o sr. Comandante do Corpo Policial emprestará duas ordenanças ao Comandante de Brigada, Banda de música e clarins para o Esquadrão; V) O mesmo Comandante do Corpo Policial fica incumbido de emprestar o necessário contingente para com as Praças das Companhias Provisórias que por qualquer circunstância deixarem de estar em forma; fazer a guarnição desta capital até que se recolham os corpos aos Quartéis o que terá lugar depois do cortejo.”

Era assim imponente uma parada militar em Ouro Preto há noventa anos. Essas cerimônias, pela sua pompa, deixavam uma profunda impressão na alma do povo.

(MG, 09/Nov/34)

RIGOR NECESSÁRIO

A nossa milícia sempre foi tida como disciplinada e digna. Essas virtudes se foram cristalizando através dos tempos.

Se na organização da guarda de Voluntários Permanentes, os comandantes não fossem homens de grande austeridade, a tropa mineira não poderia orgulhar-se como hoje se orgulha dessas altas qualidades que a fazem querida pelo povo e considerada pelos governos.

Quem revolve o arquivo da nossa Força Pública pode, às vezes, estranhar a severidade dos primeiros comandantes da milícia de Minas. Esse rigor era, entretanto, necessário naqueles tempos remotos. Há cem anos atrás havia poucas escolas. Era no quartel que os soldados formavam o espírito e temperavam o caráter.

Na caserna, o militar não aprendia apenas a defender as instituições, aprendia também a ser cidadão probo, honesto e digno. Daí as constantes lições de moral que se encontram nas ordens do dia de cem anos atrás. Hoje o soldado que entra para as fileiras da Força já tem, pelo menos, o curso primário.

Já recebeu lições dos nossos educadores; já tem o seu caráter formado. Na caserna ele apenas aperfeiçoa esses conhecimentos, desenvolve o seu físico nos exercícios e manobras militares, tornando-se um perfeito cidadão e um soldado exemplar.

Nas ordens do dia do antigo Corpo Policial se encontram freqüentemente admoestações severas por faltas que nós hoje julgamos de pequena importância. A disciplina é, no entanto, feita de pequenos nada. Algumas dessas faltas são até pitorescas. Em 1834 um soldado foi punido com a pena de três dias de xadrez por se ter dirigido a um superior conservando, segundo um velho costume mineiro, o seu cigarro de palha atrás da orelha. Outro porque passou distraidamente sem fazer o sinal da cruz em frente de um oratório na rua Direita, foi severamente admoestado. Pelas punições dessas pequenas faltas, pode-se aquilatar o rigor dos castigos nos casos de deslizes mais graves.

Como se sabe, o vício da embriaguez era comum nos tempos passados. Ai porém do soldado do Corpo Policial que fosse encontrado ébrio!

Eram tremendos os castigos, sendo que o mais suave deles era o de "carregar armas" durante duas horas.

"Carregar armas" consistia em trazer sobre os ombros quatro ou mais carabinas durante largo espaço de tempo. Cada carabina pesa, aproximadamente, sete quilos. Vamos transcrever, sobre o assunto, a ordem do dia do Corpo Policial de 1.^o de outubro de 1852.

É a seguinte:

"O tenente-coronel comandante ordena que qualquer comandante da Guarda do Quartel que deixar entrar qualquer bebida espirituosa no xadrez ou mesmo no interior do Quartel terá baixa do posto, será preso por oito dias e, nesse espaço, fará serviços dobrados, folgando somente dois dias; a sentinela que encontrar qualquer praça conduzindo bebidas espirituosas e deixar imediatamente de dar parte será, também, preso por oito dias, fazendo três dias de guarda sucessivas e nos outros três dias será "carregada de armas", uma hora de manhã e uma hora de tarde. Se o introdutor de bebidas espirituosa for praça do corpo, terá o mesmo castigo da sentinela e se for paisano será conduzido à cadeia à ordem do Chefe de Polícia.

O sr. oficial do Estado Maior é obrigado pelo cumprimento desta ordem dando parte circunstanciada a tal respeito. O comandante não pode tolerar que uma parte dos indivíduos deste Corpo se dêem ao vício da bebida. Esta ordem é também aplicada às praças que se apresentam embriagadas no Quartel, devendo, nesse caso, os srs. oficiais do Estado Maior as fazer recolher ao xadrez, dando parte ao comandante para que sejam dadas as providências precisas, pois não há nada mais miserável do que indivíduos com costumes tão infames, principalmente tratando-se de militares da confiança do exmo. Sr. Governador; indivíduos tais só servem para envergonhar a farda que vestem e são indignos de ombrear com seus camaradas honestos.

Por último ordena o sr. comandante que esta ordem seja lida constantemente nas Companhias a fim de que todos as praças tenham dela conhecimento."

Talvez pareça rigorosa a ordem do dia acima, mas foi graças a essa severidade que se manteve e se consolidou a disciplina na nossa brilhante milícia.

(MG, 10/Nov/34)

A ARTE DE COMANDAR

Os antigos comandantes da milícia mineira eram, não há dúvida, homens de grande severidade. Mantinham com pulso firme a disciplina nos quartéis, mas, por outro lado, eram excelentes amigos da tropa. Emocionavam-se com os atos de bravura dos seus soldados. As ordens do dia, de noventa anos atrás, estão cheias de elogios aos militares dignos que formavam a prestigiosa corporação.

Rigorosos e justos, os velhos oficiais puniam sem rancor os soldados que deixavam de cumprir os seus deveres e premiavam os militares que honravam a farda na prática de atos elogiáveis.

Nesse tempo o povo observava muito a vida íntima da caserna. Os comandantes sabiam disso e requintavam-se na disciplina. Em várias ordens do dia encontram-se frases assim: "O povo não achou boa a última formatura; a opinião não é favorável à atitude do soldado fulano."

Quer isso dizer que o povo tinha as vistas voltadas para a tropa e as opiniões das massas eram levadas em conta pela oficialidade.

Depois das importantes paradas como as que se realizavam em dois de dezembro, anualmente, o comandante da milícia, em boletim, expunha a sua opinião sobre a formatura. Nem sempre essa crítica era amável.

Muitas vezes o comandante fazia advertência severas e não raro, punia as praças que faltavam com os seus deveres.

Quando, nas paradas, a tropa se portava com garbo, o comandante não regateava elogios.

Na ordem do dia de 3 de dezembro de 1852, o comandante do Corpo fez a seguinte crítica da formatura:

"Quartel do Corpo Policial na Ouro Preto, 3 de dezembro de 1852. Ordem do dia, n. 54.

O tenente-coronel comandante muito se apraz de poder anunciar a sua satisfação pelo bom desempenho que na parada de ontem apresentaram os indivíduos que

compõem este corpo pelo que agradece aos srs. comandantes de companhias, Oficiais e Oficiais Inferiores e mais praças, o asseio com que se apresentaram em seus uniformes e o bom desenvolvimento com que não só fizeram as marchas, como todos os mais movimentos, sobretudo pelas brilhantes descargas que fizeram; pois foram com tanta igualdade e firmeza que nada deixaram a desejar, dando assim significativas provas que cada vez mais se vão fazendo merecedores da estima e dos elogios não só dos seus superiores como do público, na certeza de que muito se deve ufanar a Tropa que merece os louvores dos seus concidadãos."

Até aí o elogio. Parece, entretanto, que alguma coisa desagradou, na parada, o austero comandante. Ele não disse o que foi, mas há, na ordem do dia que transcrevemos o seguinte trecho final que vale como uma restrição:

"Contudo talvez houvesse alguns indivíduos que não satisfizessem, porém o seu número será tão insignificante que não merece atenção e o desprezo é a maior vingança; portanto o comandante espera que assim continuando merecerão os louvores daqueles que bem conhecem o que é disciplina e Tropa regular. O comandante conhece ainda alguns indivíduos que ignoram seus deveres, porém esses são porque não se querem dar ao trabalho de estudarem suas obrigações, aos quais o comandante muito recomenda que tenham em vista a ordem do dia número 50, de 12 de outubro próximo passado."

Essa ordem do dia a que se refere o comandante consta, também, do arquivo da Força Pública e está escrita nos seguintes termos:

"O sr. tenente-coronel comandante tem reparado que não se cumprem as ordens como é devido a cada um, por isso ordena que de ora em diante, quando o Corpo tiver ordem para estar em parada às 8 horas, devem as Companhias estarem formadas às 6 1/2, isto é, hora e meia de antecipação e a essa hora deverão passar revista os srs. oficiais das mesmas e, depois, os comandantes das Companhias a fim de repararem as faltas que porventura possam haver e a hora de tocar a reunir-se já deverão os srs. comandantes terem os pontos postados. O comandante espera que essa ordem sirva de Norte aos srs. oficiais e soldados para não acontecer o que aconteceu no dia 10 do corrente quando o Corpo se formou para a missa que muitas praças chegaram depois de estar o Corpo em parada e até os srs. oficiais divididos e cada um de posse do seu pelotão.

O comandante está muito persuadido de que o Corpo Policial já não merece desculpas, pois os indivíduos que o compõem têm tido bastante tempo para estudarem o gênio do comandante e por isso espera que todos deverão cumprir os seus deveres."

Eram assim ríspidos os antigos comandantes da nossa milícia, mas é inegável que conseguiram, com essa severidade, formar um tropa valorosa e digna.

(MG, 13/Nov/34)

CADETES

Quando foi organizada a milícia mineira, em plena Regência, os títulos, as honras, as etiquetas estavam no apogeu. Os filhos dos oficiais, os cadetes, alistados nas fileiras da Guarda de Voluntários Permanentes tinham um tratamento todo especial. Mesmo aqueles que não eram graduados freqüentavam as reuniões de oficiais e, quando presos, ao em vez do xadrez, dada essa situação excepcional, eram, em regra, refratários à disciplina férrea da caserna. Colocando-se acima dos companheiros, muitas vezes procuraram fugir aos castigos que lhes eram impostos pela falta de cumprimento dos deveres. Criaram "casos" muitas vezes delicados na vida dos quartéis.

O mais grave incidente ocorrido com essa classe privilegiada verificou-se há cento e dois anos, pouco depois da organização da milícia.

Presos por faltas de certa importância, os cadetes João Álvaro de Almeida e Manoel José Ribeiro foram recolhidos à sala livre. Confiados nas suas prerrogativas, puseram-se ambos a ironizar os oficiais do Estado Maior e a tocar violão durante a noite, infringindo a disciplina e perturbando o repouso do quartel. A notícia desse abuso chegou aos ouvidos do comandante interino da Guarda de Voluntários Permanentes, João Manoel Bernardes, que não era homem para suportar qualquer diminuição da sua autoridade.

A oficialidade ficou em pânico. O que faria o comandante? Em consideração aos pais dos cadetes, grandes figuras da Guarda, perdoaria os moços, ou com pulso firme, puniria os indisciplinados, de acordo com o regulamento severo da milícia?

Os cadetes não se mostravam assustados com a queixa levada ao comandante. Deixaram de provocar os oficiais e esperaram serenamente o desfecho da questão. A ordem do dia a respeito do acontecimento não tardou. Foi lavrada em linguagem enérgica e resoluta nos seguintes termos:

"O major comandante da Guarda de Voluntários, informado da maneira pouco respeitosa com que os cadetes presos no respectivo Quartel João Álvaro de Almeida e Manoel Ribeiro se têm havido para com os oficiais do Estado Maior, principalmente para com o tenente José Dias de Almeida e, querendo prevenir ulteriores e funestas conseqüências que importam em quebra de disciplina e boa ordem do serviço, ordena que os referidos cadetes, formado o Corpo, sejam asperamente repreendidos por semelhantes procedimento e transportados da sala livre do Estado Maior para a prisão fechada."

Pela primeira vez a classe privilegiada dos cadetes sofreu uma punição rigorosa. Daí em diante, ao que parece, os filhos dos oficiais não mais se valeram das suas prerrogativas para quebrar a disciplina da Guarda. Nas ordens do dia seguinte nada se encontra a respeito de irregularidades praticadas por cadetes.

(MG, 14/Nov/34)

COISAS DO PASSADO

Há pouco mais de um século não era de segurança a situação política do Brasil. Pedro I era bravo, mas impetuoso. Não tinha um programa de governo. Agia de acordo com os impulsos do seu temperamento arrebatado. A cada instante surgiam motins que punham o trono em perigo.

A província de Minas, longe da metrópole, só tinha notícias do que se passava na Corte pelos "próprios", isto é, pelas pessoas que chegavam do Rio depois de uma viagem longa e estafante. Esses portadores de novidades eram, em regra, exagerados e imaginosos. Boatos tremendos traziam alarmada e inquieta a província.

Nesse tempo ainda não havia a Guarda de Voluntários Permanentes. Não tínhamos forças mineiras, era a tropa imperial que garantia a ordem na província. Os quartéis viviam de prontidão.

Foi nesse ambiente de angústias que surgiu um boato alarmante trazido, do Rio, por um viajante. Dizia-se que as forças aquarteladas em Ouro Preto estavam, ao lado das tropas da corte, conspirando contra Pedro I.

O presidente José Manoel de Almeida que administrava, nessa época, a província resolveu, para acalmar a população lançar um manifesto.

Esse manifesto que existe no precioso arquivo da Força Pública está assim redigido:

"Mineiros!

Vivei tranquilos, não vos aterrorizeis com os falsos boatos espalhados de que se mandou municiar e prevenir de ordens a tropa de Guarnição desta cidade em consequência de notícias, que se diz, foram dadas por um próprio que veio do Rio de Janeiro; porque nem o vosso Presidente acredita que em torno do Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil possa ser invadido e abalado o sistema Constitucional nem uma semelhante tentativa poderá penetrar essa Província, onde cada cidadão é um firme baluarte da Constituição com que rege este Império o Senhor D. Pedro I e porque sendo a Força Militar essencialmente obediente, jamais a tropa se municiará por si, ou sem que lhe fosse ordenado pela legítima Autoridade, na vossa constante conduta e na firmeza do vosso caráter: ficando certos de que sempre nos falará francamente o vosso Presidente. Imperial cidade de Ouro Preto em 27 de Novembro de 1830.

José Manoel de Almeida."

Pouco tempo depois desse manifesto, D. Pedro I anunciava a sua sensacional abdicação ao trono, acontecimento que ainda não foi suficientemente esclarecido pela história. Esse documento tem um alto valor para os historiadores. Por ele se vê que a Província de Minas foi, até a última hora, fiel ao grande filho de D. João VI.

(MG, 16/Nov/34)

UMA ORDEM DO DIA DE 1828

A título de curiosidade, vamos transcrever a mais antiga ordem do dia existente no arquivo da Força Pública:

“Ordem do dia 14 de dezembro de 1828.

I) De hoje em diante assistirá o sr. oficial de dia a Limpeza dos Cavalos de S. Majestade ordenando que sejam almofaçados e bem limpos, passando revista à ferragem de sorte que não lhe falte um só cravo.

II) Da mesma sorte assistirá a dar as rações de milho de manhã e de tarde, assim como a tomada do capim para ver medir os arcos e qualidade do mesmo para ser recusado o que não for bom.

III) Assistirá a janta e ceia dos soldados para que esses sejam bem tratados e com asseio, fazendo que os mesmos estejam à mesa com aquela decência que devem.

IV) Passará a revista do costume depois das Ave Maria e finda esta fará que as companhias por Esquadrões rezem o terço de Nossa Senhora com todo o respeito, sossego e devoção, o que todo católico é obrigado a observar, cumprindo assim as ordens de S.M. o Imperador.

V) Fará que o Cabo da Guarda da Cavalaria e os soldados da mesma conservem sempre a Cavalaria no melhor asseio, tendo as baias e manjedouras antes das rações de milho bem limpas e só reservando o retraço grosso para a cama dos cavalos que antes de serem recolhidos de manhã se lhes farão suas camas nas ditas baias.

VI) Ultimamente, para que o sr. Oficial do dia possa observar o que determino e ordeno que durante as vinte e quatro horas seja inseparável do Quartel, permitindo-lhe apenas ir jantar e ceiar.

VII) Toda a praça que se recolher dos Destacamentos ou de Diligências devem mostrar o Cavallo de S. Majestade Imperial em que vier antes de ser recolhido à Cavalaria, que está ferrado de mãos e pés e quando este traga polmões deverá ser logo preso o soldado pela sua inação e descuido.

O sr. comandante mandará ler esta minha ordem do dia na parada pelo ajudante do Regimento e registrar no liv. do Regimento Imperial Cidade de Ouro Preto, 14 de dezembro de 1828. Francisco Ferreira de Almeida.”

Os livros de ordens dos quartéis eram, há um século atrás, relativamente bem feitos e bem redigidos. Os secretários de batalhões possuíam, em regra geral, uma excelente caligrafia. A ortografia era descuidada.

No documento acima encontram-se palavras que, hoje, não são mais usadas, mas de pura origem latina.

O verbo "almofaçar", no sentido de limpar, escovar, asseiar é encontrado nos melhores dicionários. "Retraço" significando "sobejo de palha que os animais rejeitam" está no vocabulário de Moraes. "Refugar" na acepção de separar o bom do mau; pôr de parte é, também, português genuíno. Até o termo "janta", em vez de jantar, era, antigamente, expressão popular muito em voga.

A praxe de ser rezado o terço nos batalhões durou até 1890, segundo nos afirmou um digno oficial reformado da milícia mineira.

Esse documento por ser a mais antiga ordem do dia que se encontra no arquivo da Força Pública de Minas tem um alto valor para os pesquisadores de raridades.

(MG, 17/Nov/34)

CASTIGOS

Depois de organizada a milícia mineira, em 1831, desapareceram os castigos corporais. Antes disso, os soldados imperiais sofriam toda sorte de humilhações e vexames. Narremos um fato expressivo em que se patenteia e ferocidade de um comandante das forças imperiais.

Em 24 de julho de 1829 estavam presos, no xadrez do quartel, por ordem superior, os soldados José Benedicto da Silva e Xavier Ferreira e montavam sentinela aos reclusos as praças Manoel Vieira e Francisco Antônio de Brito. Os soldados presos, valendo-se da astúcia e pondo em jogo a própria vida, evadiram-se da prisão.

O cabo da guarda e as sentinelas nem de longe podiam prever esse acontecimento, tal a segurança do xadrez da caserna.

O comandante da tropa, ao ter conhecimento do ocorrido, achou o caso tão grave que entregou-o ao Conselho de Disciplina.

O conselho, reconhecendo a severidade do comandante, deliberou que essa mesma autoridade resolvesse a questão, punindo os militares descuidados com o critério que todos lhe reconheciam.

O comandante, ao que parece, gostou dessa deliberação do Conselho que lhe dava poderes discricionários. Tanto gostou que agiu com rapidez e prontidão na solução do caso, baixando a seguinte e severa ordem do dia:

"Conformando-me com o Conselho Disciplinar que mandei fazer ao Cabo Francisco Xavier Ferreira e aos soldados Manoel Vieira e Francisco Antônio de Brito que deixa à minha disposição o castigo competente pelo crime de deixarem fugir na noite de 24 de julho de 1829 os soldados José Benedicto da Silva e Joaquim Alves de Souza que se achavam presos à minha ordem, sendo aquele Cabo comandante da guarda e os referidos soldados sentinelas das 6 às 8 da noite, ordeno: que o Cabo

Francisco Xavier tenha imediatamente baixa de Cabo; que o soldado Manoel Vieira, o menos culpado, monte guarda de cavalaria durante dois meses seguidos, e que o soldado Francisco Antônio de Brito seja castigado, hoje, com 25 chibatadas, em frente a tropa formada; ficando todos os mais retidos no Quartel, fazendo o serviço do ex-Cabo e dos soldados castigados. Imperial cidade de Ouro Preto, 3 de agosto de 1829. Eliziário Garcez Comandante.”

Esse velho oficial era sempre ríspido nas suas ordens. Pouco além dessa ordem do dia, encontra-se, lavrado pelo seu próprio punho, um aviso nos seguintes termos:

“O Comandante Geral proíbe novamente que as praças andem pelas ruas armadas de pau e ordena aos sr. oficiais e oficiais inferiores que prendam a qualquer soldado que for encontrado assim armado, o que além de ser impróprio a um soldado lhe é indecente.

A arma própria de um soldado, não estando de serviço, é a sua baioneta no talabarte e nunca um cacete que é arma própria de desordeiros e perturbadores da Ordem Pública.”

Parece que esse severo Eliziário Garcez exercia, naquele tempo, além das funções no quartel, as atribuições de delegado, pois existe no Arquivo da Força Pública um aviso, com a sua assinatura, e que foi pregado, em 1829, pelas esquinas das ruas de Ouro Preto. O aviso é assim redigido:

“Ficam proibidas nesta Cidade as corridas a Cavalo muito principalmente de noite; os que transgredirem essas postura serão multados em quatro mil réis e oito dias de prisão e sendo escravo será castigado, no dorso nu, com 25 chibatadas no Pelourinho.”

As 25 chibatadas constituíam, como se vê, a chave de ouro de todas as ordens do Comandante Geral Eliziário Garcez. . .

(MG, 18/Nov/34)

GUARDA MUNICIPAL DE VOLUNTÁRIOS PERMANENTES

Quando a Regência, no dia 10 de outubro de 1831, decretou a criação, em Ouro Preto, da Guarda Municipal de Voluntários Permanentes, toda cidade vibrou de alegria. Minas ia ter, enfim, uma tropa sua, formada de mineiros, para a garantia da ordem e da tranqüilidade dentro do seu território!

A notícia foi recebida entre festas. Os mineiros daqueles tempos remotos tinham um verdadeiro encantamento pela farda. É bastante dizer que os primeiros soldados de Minas, conhecidos por “ordenanças”, prestavam gratuitamente os seus serviços ao governo. Sentiam-se perfeitamente felizes e bem pagos só com a glória de envergar a nobre farda de mantenedor da ordem.

Os filhos das principais famílias disputavam essa honra.

Tudo, porém, ia mudar. Era a própria Regência que, atendendo às solicitações gerais, ia criar e organizar a milícia de Minas.

O efetivo da Guarda seria de 640 homens. O edital de convocação foi afixado nas principais ruas e praças de Villa Rica. Essa convocação foi lavrada nos seguintes termos:

EDITAL

“O Ilmo. e exmo. sr. Presidente manda fazer público para chegar a notícia a todos os habitantes desta Província, que se achava resolvido em Conselho a organização do Corpo de Guardas Permanentes, criado pela Carta de Lei de 10 de outubro do corrente ano, e arbitrado o vencimento de quatrocentos e cincoenta réis por dia a cada uma praça; portanto, todas as pessoas que quiserem prestar seus serviços neste Corpo deverão comparecer nesta I. Cidade perante o primeiro Comandante da 1.^a Companhia nomeado de Francisco de Assis Manso da Costa Reis, com atestado dos Juizes de Paz e Câmaras respectivas, que abonem a sua conduta moral e política na conformidade do art. 20, do Decreto de 22 do supra mencionado mês e ano. Para constar se expede o presente, que será afixado nos lugares do estilo. I.C. Ouro Preto, em 16 de dezembro de 1831. — O Secretário do Governo, Luiz Maria da Silva Pinto.”

Em 24 horas o quadro estava completo. Jovens das mais ilustres famílias de Ouro Preto se alistaram incontinenti nas fileiras da tropa. Ninguém ignorava que o posto era de sacrifício. Toda a ordem, nessa Minas imensa, seria mantida por aqueles 640 homens dispostos e bem armados!

COMPANHIAS

A Guarda Municipal de Voluntários Permanentes era composta de quatro companhias.

PRIMEIRA COMPANHIA

1.^o comandante, Francisco de Assis Manso da Costa Reis, alferes, 2.^o comandante, tenente Manoel da Fonseca Franco.

SEGUNDA COMPANHIA

1.^o comandante, capitão Bernadino Antônio José Ribeiro, 2.^o comandante, tenente Francisco de Assis Nunes Bandeira.

TERCEIRA COMPANHIA

1.º comandante, capitão Bernardo José de Araújo, 2.º comandante, João José Dias Pinheiro.

QUARTA COMPANHIA

1.º comandante Sargento Mor Antônio Nunes Galvão; 2.º comandante tenente Joaquim Vaz da Silva.

1.º sargento quartel-mestre-cadetes Antônio Júlio de Mello.

1.º ajudante do Corpo-Guilherme Cypriano de Souza Motta.

1.º cirurgião-mor, dr. Antônio José de Menezes, nomeado em 20 de setembro de 1833.

A corporação regia-se pelo regulamento publicado com o decreto de 22 de outubro de 1831.

VENCIMENTOS

O Conselho do Governo, imediatamente depois de decretada a criação da Guarda Municipal de Voluntários Permanentes, reuniu-se para organizar o quadro de vencimentos, ficando aprovado o seguinte:

Soldados e cornetas — \$50 réis diários ou 14\$000 mensais; cabos — 15 mil réis mensais; furriéis, 17 mil réis mensais; sargentos, 19 mil réis mensais; 2.º comandante, 45 mil réis mensais, cirurgião-mor, 30 mil réis mensais, cirurgião-ajudante, 25 mil réis mensais; comandante geral, 90 mil réis mensais.

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DO 1.º COMANDANTE

“Achando-se resolvido em conselho a organização do Corpo de Guardas Municipais Permanentes destas Províncias, criado pela Carta de Lei de 10 de outubro do corrente ano, e arbitrados os respectivos vencimentos, o Presidente em conselho na conformidade do decreto de 22 do supra mencionado mês e ano, nomeia para primeiro comandante da 1.ª Companhia, o alferes ajudante do 1.º Corpo de Cavalaria da 1.ª linha, Francisco de Assis Manso da Costa Reis, oficial que reúne todos os requisitos necessários para o fiel desempenho das obrigações que lhes são incumbidas; ficando assim com direito ao vencimento de cinqüenta mil réis mensais e 18\$000 para forragem de duas cavalgadas, desde a data desta, I.C. do Ouro Preto, em 16 de dezembro de 1831. — Manoel Ignácio de Mello e Souza.

(MG, 20/Nov/34)

SOLENIIDADES MILITARES

Na sacristia da Matriz de Ouro Preto, que está exatamente no fim da rua das Escadinhas, existe uma imagem de S. Jorge que tem uma história interessante.

Um mecânico de rara habilidade construiu essa imagem articulada de modo tão engenhoso que ela podia ser posta, com relativa segurança e firmeza, sobre os arreios de um animal. Essa obra de arte e de mecânica é atribuída ao Aleijadinho.

Segundo a lenda, o genial mutilado, tendo recebido uma graça atironta de José Romão, ajudante de ordens de Bernardo José Lorena, governador da província, esculpiu o seu semblante nessa imagem que está longe de ser uma obra-prima de escultura. O certo é que a população católica de Ouro Preto cerca de especial veneração a interessante imagem que tem a sua história ligada aos fatos da legendária Vila Rica.

Nas solenidades de Corpus Christi, um dos maiores dias da cristandade, S. Jorge recebia, em Ouro Preto, homenagens das autoridades imperiais e da milícia mineira. Adaptada aos arreios de um belo animal, essa imagem percorria as principais ruas de Villa Rica, cercada de respeito e da adoração do povo.

Para que os leitores façam uma idéia das grandes solenidades religiosas e militares que se realizavam em Ouro Preto no dia do Corpo de Deus, vamos transcrever uma ordem do dia relativa a essas festas.

“Quartel do C.P. do Ouro Preto em 5 de junho de 1849. Ordem do dia.

O Ilustríssimo sr. Capitão Comandante interino manda fazer pública a Ordem do Dia e Lembrança abaixo transcrita:

Palácio do Governo no Ouro Preto em 5 de junho de 1849.

Devendo ter lugar nesta cidade em o dia 7 do corrente a festividade de Corpo de Deus, o presidente da Província resolveu ordenar que se observe o seguinte:

Às 10 horas da manhã entrarão em parada o 1.^o e 2.^o Batalhões e a Companhia de Cavalaria de Guardas Nacionais deste município e o 1.^o Batalhão de Fuzileiros na ordem de formatura marcada por Lei.

A força formará em linha na Praça do Palácio, apoiando a sua direita na esquerda da Casa da Câmara Municipal. Feita a continência do estilo à imagem de S. Jorge, marchará a força até postar-se junto à matriz do Ouro Preto de onde tendo formado alas e dadas as devidas descargas, acompanhará a Procissão e depois de acompanhar outra vez S. Jorge até a Praça, recolher-se-ão os corpos a quartéis. Os corpos comandados pelos seus respectivos chefes trabalharão sobre si, e, segundo os movimentos da direita, ao passar a procissão pela Praça, tanto na ida como na volta, salvará a artilharia, para o que fica autorizado o sr. Major encarregado do Trem Bélico a fornecer o cartuxame necessário para as descargas de fuzilaria. A Guarnição da Capital será

rendida às 5 horas da tarde do dia 6 pelas praças do Corpo Policial e da Comp. de Infantaria de 1.^a Linha.

O Sr. Comandante do Corpo Policial fará pôr à disposição do Chefe do 2.^o Batalhão de Guardas Nacionais a Banda de Música do mesmo Corpo, tudo para a maior pompa da festa.

José Ildefonso de Souza Ramos, presidente da Província.”

Como vêem os leitores, eram fulgurantes as solenidades do dia de Corpo de Deus, em Ouro Preto, no ano remoto de 1849.

(MG, 22/Nov/34)

NOTAS

Nos velhos tempos a cortesia era coisa muito séria. O protocolo, tremendo. Cada patente da polícia ou do exército tinha direito a um tratamento. Não seriam tomados em consideração os documentos em que não fossem observadas essas etiquetas. Assim foi decidido por S.M. o Imperador, segundo se lê no seguinte aviso:

“Havendo por bem S.M. o Imperador declarar em Aviso desta data ao presidente da Província de Pernambuco, em solução aos esclarecimentos pedidos pelo tenente-coronel Comandante das Armas da dita Província, sobre o tratamento que se deve dar aos coronéis do exército que, em conformidade com a imperial e magnânima Resolução de 2 de Agosto de 1848, não lhes compete senão o tratamento de Vossa Mercê e que os oficiais não devem dar-lhe entre si tratamento que não tenham por Lei, não devendo-se aceitar documentos ou correspondências de serviço em que tais tratamentos apareçam, assim comunico a V. Excia. para o seu Governo.”

///

Quais eram os vencimentos das tropas em 1825?

Já vimos quanto ganhavam soldados e oficiais na ocasião em que foi organizada a milícia mineira. Antes da existência da Guarda de Permanentes percebiam muito menos.

Os vencimentos estão especificados na Tabela de 28 de Março de 1825. Um aviso da Secretaria do Regimento aquartelado em Ouro Preto diz o seguinte:

“Todas as Praças de Pret. têm além do vencimento de ferragem, armamento e fardamento existentes, mais 99 réis de etapa por dia, que deve ter princípio, não só isto como as alterações de soldo, desde o dia 5 do corrente mês; e desde o dia 5 em diante se abonará as praças que saírem em diligência ou se recolherem dos destacamentos a quantia de 90 réis diários para o milho de sua montadas.

Os furriéis que nas mencionadas relações se acham com o vencimento antigo de 390 réis de soldo, se deve aumentar esse soldo com o vencimento da ferragem e etapa; quanto aos outros furriéis que se achem com o soldo da tabela, têm todos os vencimentos como qualquer praça de Pret.”

///

Em 1846 os soldados eram reformados com ou sem direito à farinha. Há sobre esse assunto várias ordens. Vamos transcrever um aviso dessa época:

“O presidente da Província manda publicar para conhecimento da Guarnição que por aviso da Repartição de Guerra de 14 de Abril do corrente ano de 1846 foi comunicado que S.M. o Imperador houve por bem por Imperial e Magnânima resolução de 4 de Abril tomada sobre Consulta do Conselho Supremo, conceder ao 2.º Sargento da 2.ª Comp. de Provisórios desta Província, Jacintho de Abreu, reforma no mesmo posto com o respectivo soldo por inteiro, farinha e fardamento.”

///

Em 1826, havia, no Rio, uma Academia Militar. Para esse estabelecimento entravam os soldados que se distinguiam pela inteligência e pela bravura. Há no arquivo da Força Pública o seguinte documento:

“Aviso. S.M. o Imperador em consequência do que representa o Governador das Armas da Província de Minas Gerais em data de 29 de Maio p.p. houve por bem determinar que fiquem de nenhum efeito as licenças que obtiveram para estudar na Academia Militar o Cadete José de Queiroga Vasconcellos e o soldado Francisco de Assis Gomes, ambos do 2.º Regimento de Cavalaria da 1.ª Linha, visto haverem feito mau uso das referidas Licenças e assim o manda o mesmo Augusto Senhor pela Secretaria do Estado de Negócios da Guerra participar ao Governador de Armas para a sua inteligência e cumprimento.”

(MG, 24/Nov/34)

SANTOS MILITARES

O sr. coronel João Pinto, digno oficial reformado da nossa milícia, teve a gentileza de nos oferecer informações sobre as solenidades militares realizadas em Ouro Preto, há cinqüenta anos atrás, por ocasião das festas religiosas de Corpus Christi.

O nosso prezado informante que em 1881, fazia parte da Guarda de Urbanos assistiu e tomou mesmo parte nas cerimônias.

Segundo nos informou o coronel João Pinto com a sua autorização de testemunha ocular, por ocasião das festas de Corpo de Deus, a própria imagem de S. Jorge passava em revista as tropas. S. Jorge ficava, durante o ano, num dos nichos da Igreja do Rosário.

Nesse dia, postos nos arreios de um belo animal, tendo por ajudante de ordens um alferes, e ao seu lado, uma criança vestida de anjo, esperava na Ponte Seca que terminasse a missa cantada da Matriz de Ouro Preto. Findo o ofício religioso, quando as forças estendiam, em parada, junto à referida matriz, a imagem passava em revista as tropas.

Não era, entretanto, S. Jorge o único Santo, em Vila Rica, que tinha honras militares. Segundo documentos que o coronel João Pinto nos mostrou, a imagem de Santo Antônio da matriz de Ouro Preto tinha o posto de capitão, dado em carta régia por D. Maria I de Portugal. Santo Antônio recebia, anualmente, o soldo de 40\$000. Era a Irmandade desse santo quem se encarregava de receber essa quantia e guardá-la nos gasofilícios.

Quando o Sr. Francisco Salles foi Ministro das Finanças, sem que se saiba porque motivo, o pagamento desse soldo foi suspenso. A Irmandade protestou com energia e o santo foi reintegrado na posse dos seus direitos, continuando a receber, pontualmente os seus vencimentos de capitão.

Essa bela imagem agraciada por D. Maria I, traz, como distintivo, a banda militar. S. Antônio não aparecia, como S. Jorge, nas paradas, mas os mesários defendiam bravamente os seus direitos e as honras inerentes ao alto posto.

(MG, 27/Nov/34)

A RELIGIÃO NOS QUARTÉIS

Como já vimos, era intensa a vida religiosa nos quartéis da milícia mineira. Em 1833, quando foi organizada a Guarda de Voluntários Permanentes, era o terço rezado na caserna às 8 horas da noite. Esse hábito durou até 1860.

Nessa época, o terço foi substituído por um cântico religioso acompanhado de música.

Era punido com penas severas o soldado que faltasse a essa oração da noite.

A título de curiosidade, vamos oferecer aos leitores a letra do hino, em honra à Virgem Maria, que durante trinta anos foi cantado nos quartéis da Força Pública de Minas. Depois de três toques de corneta para a reunião dos soldados, os sargentos das companhias iniciavam a chamada. O corneteiro dava, então, o sinal de tirar os bonés e logo começava o cântico, em dois coros:

1.º coro

Ó Virgem da Conceição, Maria Imaculada,
Vós sois advogada dos pecadores.
E a todos encheis de graça,
Com a vossa feliz grandeza,
Vós sois do céu princesa,
Do Espírito Santo esposa.

2.º coro

Santa Maria, Mãe de Deus,
Rogai a Jesus por nós;
Tende misericórdia, Senhora,
Tende misericórdia de nós.

Maria, Mãe de Graça,
Mãe de misericórdia,
Livrai-nos do inimigo.
Na hora da morte. Amém!

Logo depois, o corneteiro dava o sinal de “joelhos em terra”. E todos cantavam:

“Senhor Deus, misericórdia,
Senhor Deus, por vossa Mãe Santíssima, Misericórdia.”

Dizem os velhos soldados que assistiram a essas solenidades, que era belíssima a música dos versos acima e que toda a tropa se emocionava ao cantá-los.

Com a República, todas essas práticas foram abolidas.

///

NOTA

No nosso último artigo, sob a epígrafe “Santos Militares”, dissemos que Santo Antônio da Matriz de Ouro Preto recebia, anualmente, o soldo de 40\$000 referente ao posto de capitão.

Analisando a “Folha de Pagamento de Pensões” na Delegacia Fiscal, ano de 1911 encontramos, nas páginas 25 e 26, o seguinte:

“Santo Antônio da Matriz de Ouro Preto, para aviso régio de 22 de fevereiro de 1794 vence a pensão anual de quatrocentos e oitenta mil réis.

Pensão anual — 480\$000

Pensão mensal — 40\$000.”

E, logo depois, na página 26, a seguinte nota assinada pelo sr. Jacob Cavalcanti, escriturário, em 1911 da Delegacia Fiscal, hoje funcionário aposentado residente no Rio:

“De acordo com a portaria do Sr. Delegado, número 7, de 20 do corrente, convida-se o pensionista inscrito nesta folha (Santo Antônio da Matriz de Ouro Preto) para apresentar na Secretaria o respectivo título, ou documento que o substitua dentro de 90 dias, contados na data do primeiro recebimento neste exercício, sob pena de ser-lhe suspenso o pagamento após aquele prazo.”

Delegacia Fiscal, em 20 de janeiro de 1911.

E na mesma página.

“Expediu-se ordem à coletoria de Ouro Preto para continuar a fazer este pagamento durante o corrente ano.

Leonal Soares.”

Ao que parece, desde essa época, 1911, não mais foi pago o soldo de capitão a Santo Antônio da Matriz de Ouro Preto.

A imagem recebeu de soldo durante 117 anos, a quantia de 56 contos, cento e sessenta mil réis. Nos livros da Delegacia Fiscal não se encontram os argumentos em que se baseou o governo federal para suspender esse pagamento que era feito, pontualmente, há mais de um século.

(MG, 28/Nov/34)

A INSTRUÇÃO MILITAR

A mais antiga instrução que teve a nossa milícia foi a portuguesa. Caída em desuso tanto no exército como na polícia, foi substituída pela “Moreira César” que veio, também, mais tarde, sofrer várias modificações. Os velhos soldados da nossa força foram militarmente instruídos por esse sistema.

O coronel reformado sr. João Pinheiro de Souza que foi durante vários anos comandante do 2.^o batalhão, teve a gentileza de nos enviar um resumo da instrução "Moreira César". Essa instrução se fazia pelo sistema quaternário. Compunha-se o batalhão de quatro companhias; a primeira e a segunda representavam a ala direita do batalhão, a terceira e a quarta, a ala esquerda.

As companhias dividiam-se cada uma, em dois pelotões ou quatro seções. Cada companhia tinha como comandante um capitão e, como auxiliares, um tenente e dois alferes.

Usava-se sempre a arma com baioneta calada, sofrendo essa regra exceção apenas nas cerimônias fúnebres.

Quando em parada, formava-se o batalhão em linha desenvolvida ou em linha de coluna de seções, de pelotões ou mesmo de companhias.

Não havia instrução especial para oficiais, eles recebiam lições da seguinte maneira: os comandantes tinham, em seus gabinetes, grandes mesas e sobre as mesmas, dispostos em fila, centenas de soldadinhos fundidos em chumbo.

Sobre essas mesas, transformadas em campos de manobras, os comandantes, servindo-se desses bonecos, instruíam os oficiais relativamente à maneira de dispor a tropa de acordo com o sistema "Moreira César". Os oficiais realizavam, no campo, as instruções recebidas no gabinete.

O primeiro instrutor que teve a Força Pública foi o capitão Bibiano Teixeira Ruas. Esse mesmo não era propriamente instrutor.

Em 1883 ele foi nomeado para instruir as praças sobre a nomenclatura das peças do fuzil Comblain que havia sido adotado. Ensinava a desmontar o fuzil e explicava pormenorizadamente o nome das peças e o seu uso.

Era, em traços gerais, a instrução que recebia a nossa milícia há trinta anos atrás.

Como se vê, era deficientíssima, mas, apesar disso, com ela se fizeram bravos militares que deixaram traços inapagáveis de inteligência e valor.

(MG, 30/Nov/34)

DIAS VIVIDOS

Rodrigo Otávio em seu livro encantador "Minhas Memórias dos Outros" fala da neblina do tempo que caindo sobre as coisas do passado adoça-lhes as arestas, cobrindo-se de poesia e de saudade. Revolvendo os velhos papéis do arquivo da Força

Pública, documentos escritos há mais de cem anos, a memória se volta com tal intensidade e nitidez para as remotas eras que a gente chega a sentir a vida movimentada da caserna de há um século atrás. Muitos desses alfarrábios ainda trazem, preso às letras o esmeril dos córregos de Ouro Preto, utilizado pelos secretários dos batalhões para secar a tinta.

Esses velhos papéis falam de cerimônias de que ninguém mais se lembra, de grandes figuras que passaram pela memória frágil dos homens sem deixar traços. As solenidades religiosas das épocas passadas tinham uma pompa, que nós hoje desconhecemos.

Por qualquer motivo acendiam-se as luminárias. Luminárias eram, nesse tempo, pequeninos vasos de barro cheios de azeite, tendo, ao fundo, uma pequena camada de areia, para manter a torcida que nessa areia se firmava.

Milhares dessas lamparinas brilhavam toda a noite, acesas, nos edifícios públicos, nas casas particulares, nas varandas, por ocasião das grandes festas e nos dias feriados.

Às cerimônias religiosas de mais relevo, comparecia toda a milícia em uniforme de gala. As missas de maior pompa realizavam-se, quase sempre, na igreja de N.S. do Carmo, a poucos metros da Praça principal de Ouro Preto. Os soldados, ajoelhados, voltam o cano das suas armas para o chão.

Um sargento empunhava a bandeira. No momento da consagração, o portandarte inclinava a bandeira até que uma das suas pontas tocasse o chão. A banda militar, nesse instante, tocava o hino nacional.

Essas solenidades duravam muito tempo. Numa ordem do dia 23 de setembro de 1846 ainda se encontram as determinações para as homenagens fúnebres prestadas à memória de Pedro I, por ocasião do aniversário de sua morte. É uma ordem do dia do Palácio do Governo. Depois de se referir às missas em sufrágio da alma do grande imperador, vêm as determinações:

“O sr. Presidente da Província ordena que, amanhã, aniversário do dia em Deus Nosso Senhor foi servido chamar para sua santa glória a S. Majestade Imperial, o sr. D. Pedro I, fundador do Império e autor da Independência e da Constituição, que se dê, nos primeiros raios da aurora, uma salva de 21 tiros e que, ao pôr do sol, a bandeira seja arriada com outra salva igual e que os guardas tenham, nos seus pontos, as armas em funeral durante todo o dia.”

Todas essas solenidades desapareceram. O aniversário da morte do “autor da nossa Independência” é um dia como outro qualquer. Mas é sempre grato reviver, na hora que passa, uma época que a gente reconstrói cheia de pompas pela imaginação e pela fantasia.

(MG, 11/Nov/34)

UNIFORMES

Quantos uniformes tem tido a Força Pública desde a sua organização? Pode-se afirmar, sem receio de contestação, que mais de sessenta, sem levar em conta as pequenas modificações introduzidas num mesmo uniforme.

De todas as fardas da nossa milícia a que mais tempo esteve em uso foi a primeira, mais ou menos cinco anos, de 1831 a 1836.

Temos em mão o segundo almanaque da Brigada Policial publicado em Ouro Preto, em 1987, na presidência do sr. Bias Fortes. Nesse documento encontramos um belo figurino aprovado pelo presidente do Estado e que durante algum tempo foi usado pela Força Pública. É o seguinte:

“Primeiro uniforme.

Sobrecasaca.

De pano azul ferrete de trespasse com uma ordem de oito botões dourados de cada lado e do comprimento do braço estendido até a linha das primeiras falanges; pestanas da mesma fazenda nos bolsos da parte traseira com três botões grandes cada uma. Gola deitada de 10 centímetros de largura. Mangas com três botões pequenos sobre as costuras inferiores.

Passadeiras de veludo azul em forma de laço, de 14 centímetros de comprimento e cinco de largura com cercadura de espiguilha dourada de 8 milímetros, tendo, no centro uma estrela bordada a prata.

Cordão pendente, banda, talim, espada, pragonas, divisas, etc.

Calça.

De pano azul ferrete, tendo ao longo das costuras externas uma lista de veludo azul de 5 centímetros de largura.

Boné.

De pano azul ferrete em forma de capacete, de uma só pala, com uma cinta de veludo azul sobreposta a esta e tantos galões dourados de 5 milímetros de largura quantos forem os graus do posto.

Cordão dourado sobre a pala preso por dois botões pequenos do uniforme, tendo, na frente uma estrela bordada a ouro de 5 centímetros de raio.

Penacho em forma de chorão com penas de cores nacionais preso por cima da estrela e barbicho dourado.”

Como se vê, não podia ser mais brilhante esse primeiro uniforme usado pelos oficiais da nossa milícia há perto de quarenta anos. Depois desse, muitos outros vieram.

Houve até um que exigia do soldado o uso de uma gravata de couro.

É impossível a descrição pormenorizada de todos os uniformes usados pela Força Pública durante os seus 103 anos de existência. Além da falta de documentação, os figurinos variavam muito.

Foram raros os uniformes que não sofreram modificações no espaço de três anos.

O primeiro almanaque da Força Pública só foi publicado em 1895. Só de quarenta anos para cá poderíamos, portanto, fazer uma descrição mais ou menos exata das fardas usadas pela milícia mineira. Um passado mais remoto é que nos interessa e, infelizmente, no que diz respeito a uniformes a falta de documentos positivos.

(MG, 29/Nov/34)

O SOLDADO MINEIRO

A Força Pública de Minas tem cento e três anos de existência e uma história que ainda não foi contada. Um século de lutas esplendidamente vivido. Documentos para recompor o seu passado não nos faltam. Ai estão as ordens do dia que são a síntese da vida dos quartéis, os antigos jornais e o depoimento dos veteranos que passaram a existência nas fileiras da prestigiada milícia.

Nos tempos primitivos da Grécia a história era guardada na memória dos velhos. Quando esses depositários das glórias da sua heróica terra sentiam aproximar-se a hora da morte, narravam aos filhos os feitos dos seus avós para que esses, por sua vez, os transmitissem à posteridade.

Os velhos guardam com uma nitidez fotográfica as cenas do passado. Quando ao historiador da vida da nossa gloriosa milícia se apresentassem lacunas, ele poderia valer-se da memória feliz dos que concorreram com a sua energia, a sua bravura e o seu patriotismo para a grandeza da brilhante corporação. O certo é que essa história precisa ser escrita para nossa emoção e nosso orgulho. Todos devem saber que o entusiasmo de servir ao Estado e ao país sempre existiu no povo mineiro. A nossa gente sempre teve o orgulho da farda. Antes da instituição da milícia, os governos escolhiam os mantenedores da ordem entre os representantes das principais famílias. Os moços disputavam a farda de soldado como uma alta distinção. Não tinha soldos nem tinham etapas; não recebiam absolutamente nada do Estado.

Ofereciam a sua paz, a sua tranqüilidade, a sua vida a pátria, desinteressadamente, abnegadamente.

Só mais tarde, nos dias incertos da Regência, a 10 de outubro de 1831, foi criada a Guarda Municipal Permanente, núcleo da pujante corporação que aí está e que constitui um dos motivos de vaidade da gente mineira.

A organização da Guarda Municipal de Voluntários Permanentes foi recebida entre festas na cidade de Ouro Preto no remoto ano de 1831. Toda a cidade movimentou-se. O efetivo da tropa era de seiscentos e quarenta homens. Os filhos das famílias mais distintas disputaram logo a sua entrada nas fileiras da milícia que se organizava sob os mais gratos auspícios. Em menos de vinte e quatro horas estava o quadro completo. Não era o interesse que levava os moços a se inscreverem na tropa.

Um soldado ganhava apenas quatrocentos e cinqüenta réis diários. Uma ninharia. Era apenas a vontade de defender Minas dentro de uma farda que honrava os que a vestiam. O alferes Manso da Costa Reis, homem da mais alta reputação, seria o comandante da tropa. O seu nome corria de boca em boca. A sua casa estava cheia de voluntários que ofereciam seus serviços.

Pensou-se logo no uniforme da milícia que se formava; todos o queriam vistoso e galhardo. O figurino foi logo ideado e aprovado. Era, de fato, brilhante. Fardete azul, canhões verdes, gola encarnada com vivos verdes, calça branca e bonê de pano azul.

A tropa, em pouco tempo, estava uniformizada. Pensou-se então na primeira parada. O povo precisava ver e admirar a sua milícia. O dia escolhido para a primeira exibição não podia ser melhor: 2 de dezembro, aniversário do imperador. Seria um testemunho de fidelidade ao príncipe menino e uma data feliz para apresentação da tropa formada. E assim se fez.

O dois de dezembro de 1831 foi um grande dia para Ouro Preto. A parada realizou-se na Praça Tiradentes, em frente à cadeia. Os sinos de todas as igrejas repicavam.

As forças se estenderam do edifício da cadeia ao Palácio do Governador.

Foi um espetáculo imponente. O comandante Costa Manso sentia orgulho dos seus soldados. Na sua farda vistosa e nova, sobressaía o distintivo do comandante: um galão doirado de uma polegada de largura no punho.

O povo não teve medidas nos seus aplausos. A tropa foi vistoriada durante as duas horas que durou a parada.

A Regência, decretando a organização da Guarda Municipal Permanente em Minas, bem sabia que essa força iria, dentro em breve, prestar inestimáveis serviços, não só ao Estado onde tinha a sua sede, como ao país.

E, de fato, a milícia que se organizava foi pouco depois chamada ao Rio para sufocar um levante.

Foi o seu primeiro batismo de fogo. E, como sempre, o soldado mineiro portou-se com bravura e dignidade.

Nessa primeira luta a tropa foi desfalcada de dois bravos. A milícia de Minas começou dando vidas pela vida do país.

(MG, 01/Nov/34)

O PRIMEIRO UNIFORME DA FORÇA PÚBLICA DE MINAS

Tudo resolvido a respeito da organização, efetivo, vencimentos, passaram os comandantes e oficiais a tratar do uniforme da tropa. A questão não era fácil. Os rapazes inscritos nas fileiras da nova milícia queriam que a Guarda tivesse o mais vistoso dos uniformes. O povo era da mesma opinião.

Naquele tempo, os exércitos tinham fardas brilhantes. Não se levava em grande conta a leveza, a higiene da indumentária. O respeito à autoridade sofria a influência do exterior. Uma farda vistosa era um atestado de força e poder.

O povo, por meio de sugestões, entrou no debate sobre o uniforme. A discussão durou muitos dias. Na escolha das cores e da fazenda, ninguém teve em vista o clima, o calor tropical que seria o martírio do soldado dentro de uma farda de pano escuro e grosso. Queriam um uniforme que desse na vista e levasse o entusiasmo e o garbo à alma ingênua do soldado. Afinal, depois de acalorada discussão, chegaram a um acordo. O figurino aprovado era, de fato, vistoso. A primeira farda que a nossa milícia envergou foi garrida e fulgurante. Despertou entusiasmo, no povo e na tropa. As janelas, as sacadas das casas de Vila Rica se encheram de gente para assistir ao desfilar da nossa brilhante milícia.

O uniforme aprovado foi o seguinte:

Fardete azul, canhões verdes, gola encarnada, e vivos verdes que orlam a mesma gola, as pequenas abas da fardeta serão voltadas na parte exterior com a cor verde. Botões de guiso amarelo. . . Calças, branca e azul, sobre botins. Boné de pano azul com aba, e tampo de sola, correame branco. Os oficiais terão no boné galão de ouro, e na frente uma roseta dourada com o tope Nacional no centro. O 1.º comandante terá no canhão a divisa de um galão de polegada de largura, e 2.º comandante terá no canhão a divisa de dois galões de meia polegada, um e outro terão na gola uma estrela de ouro de cada lado as extremidades. O boldrié será largo no centro, com chapa dourada e armas do Império ao centro, também douradas. Canana como a de Cavalaria. Assim como o fiador e banda. Os sargentos terão a divisa no braço direito de três galões sobre verde, os furriéis de dois galões, e os cabos de duas tiras de lã amarela sobre o canhão, da largura de um quarto de uma polegada. Os sargentos e furriéis terão galão de ouro no boné. Os oficiais terão sobre o ombro uma trança

larga de Canutilho de ouro, os oficiais inferiores uma tira de galão de uma polegada, presa por botão e os soldados uma trança estreita de retrós amarelo. Os cornetas terão sobre as costuras das fardetes, um transelim verde, e nos ombros uma franja de retrós verde, da largura de 4 polegadas.

Foi com esse uniforme fulgurante que a Guarda se apresentou, no Rio, quando chamada pela Regência, em 1832, para sufocar um levante. A sua vitória foi completa e decisiva. O povo carioca aplaudiu estrepitosamente os galhardos soldados de Minas, guardando, por muito tempo, na memória a galhardia e a bravura dos moços que, no cumprimento do dever deram seu sangue pela salvação da pátria.

(MG, 21/Nov/34)

BIBLIOGRAFIA

1. ANDRADE, Djalma. **Apontamentos para a história da Força Pública**. Coletânea existente no Museu Histórico da PMMG, preparada pelo próprio autor.
2. — . **Poesia e Sátira**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1986.
3. DEODATO, Alberto. **Djalma Andrade**, 20/mai/1975, 2ª Sec., p. 2.
4. CLEMENTE, José. 11, 13, 15, 18, 20, 22, 25, 27, 29/nov e 2 e 4/dez; 1975, 2ª Sec., p. 4.
5. ESTADO DE MINAS. **Djalma Andrade faz seu 80º aniversário**, 2/dez, 1973, 1ª Sec., p. 13.
6. —. **Djalma Andrade, retrato de um poeta aos 80 anos**, 4/dez, 1973, 2ª Sec., p. 6.
7. —. **Morre o Jornalista Djalma Andrade**, 13/mai 1975, 1ª Sec., p. 7.
8. —. **A História Alegre de Belo Horizonte, hoje, está triste: morreu Djalma Andrade**. 13/mai, 1975, 2ª Sec., p. 1.
9. —. **Em Louvor de Djalma Andrade**, 17/jul, 1975, 1ª Sec. p. 4.
10. —. **A Morte do Poeta**, 14/mai, 1975, 2ª Sec., p. 3.
11. —. **Velhas Sátiras de Djalma Andrade**, 27/abr, 1976, 2ª Sec., p. 4.